

**Nº04 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 22 de fevereiro
de 2018. -----**

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Dr. Nuno Vaz Ribeiro, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Eng.^a Paula Fernanda da Mota Chaves, Sr. Eng. Victor Augusto Costa Santos, Sra. Dra. Maria Manuela Pereira Tender, e comigo, Paulo Jorge Ferreira da Silva, Técnico Superior, em regime de mobilidade.-----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de dezanove de fevereiro de dois mil e dezoito. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DA REUNIÃO DE CÂMARA. -----

Foi designado, secretário da reunião, o Técnico Superior, em regime de mobilidade, Paulo Jorge Ferreira da Silva, na ausência do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Caetano Martins Delgado, por o mesmo se encontrar em representação do Município, no Seminário da ANMP, na cidade de Coimbra. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cabeleira, tendo questionado, o Presidente da Câmara, sobre o investimento realizado pela Câmara Municipal, em Vilarelho da Raia, para a solução do problema de insuficiência de água, e se vai aplicar o mesmo método e em "tempo record", em vista a solução definitiva do mesmo problema em algumas das aldeias do Concelho. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

- 1 - É surpreendente que o Vereador António Cabeleira se atreva a colocar estas questões quando foi alguém que integrou um executivo municipal que ajudou a construir dívida de água e saneamento, superior a 21 milhões de euros à empresa Águas de Trás os Montes, ao mesmo tempo que não conseguiu garantir a captação e fornecimento de água, em quantidade e qualidade, a muitas aldeias do Concelho de Chaves; --
- 2 - É surpreendente que alguém que exerceu funções autárquicas durante tanto tempo, primeiro como vice-presidente da câmara e depois como presidente, e que não aproveitou o quadro comunitário destinado ao ambiente, com dotação de muitos milhões de euros, para melhorar os sistemas autónomos de abastecimento de água e de tratamento de efluentes, venha, agora, exigir soluções imediatas e milagrosas; ----
- 3 - É surpreendente que o Senhor Vereador António Cabeleira venha suscitar essa questão do abastecimento de água à freguesia de Vilarelho

da Raia, quando sabe que existem no território, ao nível do abastecimento de água e no tratamento dos esgotos, múltiplas insuficiências de cariz quantitativa e qualitativa, porque não foi a mesma pessoa que se revelou incapaz de as resolver, primeiro como vice-presidente e depois como presidente; -----

4 - É surpreendente que alguém venha agora afirmar que estava tudo resolvido, os investimentos estavam todos realizados, e se encontrava em condições de fornecer água às populações de Vilarelho da Raia, Vila Meã e Vilarinho, mas ainda não o tenha feito quando teve a oportunidade de o fazer, sendo que isso, a ser verdade, é ainda mais grave, pois revela incompetência e desrespeito por essas populações que desde 2011 estavam a ser abastecidas por água que não cumpria os parâmetros legais de qualidade. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

Verifiquei que o Senhor Presidente, não respondeu às questões colocadas, muito concretamente, sobre o investimento realizado para a solução do problema de abastecimento público à freguesia de Vilarelho da Raia, de retorica foi buscar os problemas de insuficiência que existem no abastecimento público de água às aldeias do Concelho, por outro lado, também não respondeu se vai aplicar o mesmo método às aldeias do Concelho, que no Verão, tenham problemas de insuficiência de água. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou, novamente, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, adicionalmente, referido o seguinte: -----

1 - A amnésia que durou 16 anos, e a incapacidade de poder resolver estes problemas que afinal são muitos, terminou agora, quando repetidamente, e em vários, locais, foi dito que a questão estava calma, estava resolvida, organizada/tratada, afinal reconhece-se hoje que não estava, agora, passados pouco mais de 4 meses, o problema é reconhecido e a situação que anteriormente era cómoda, tranquila e adequada agora é uma situação difícil e exigente, e essa responsabilidade é já do atual Executivo, se na presente data existem responsabilidades pela insuficiência, incapacidade e falta de pensamento estratégico neste domínio, isso deve ser imputado a quem durante 16 anos conduziu ou ajudou a conduzir os destinos desta Autarquia. -----

2 - Se efetivamente havia condições técnicas e funcionais para que o fornecimento de água a esta freguesia fosse feito em condições, porque não foi feito? Existem razões que o Senhor Vereador não quer aqui explicitar, que optou por fornecer água a uma freguesia em detrimento de outras?! O nosso compromisso é tratar todas as freguesias por igual, sem nenhuma avaliação político-partidária. -----

3 - Nós nunca afirmamos que realizamos um investimento em tempo record, o que foi dito e feito foram as últimas validações técnicas e a garantia, por parte da empresa "Águas do Norte" do fornecimento de água. -----

De seguida, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo questionado o Senhor Presidente da Câmara, relativamente a um assunto abordado na entrevista dos primeiros cem dias de mandato em curso, e relacionado com a possibilidade de instalação de um novo hotel, na Vila de Vidago,

neste sentido, se possível gostaria de saber, qual a identificação do novo hotel, que se encontra em desenvolvimento. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou, da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - Não disse que estava em desenvolvimento, existe sim, um projeto que vem sendo amadurecido. -----

2 - A Autarquia já teve uma intervenção, conseguindo em tempo record, uma declaração de desafetação da RAN, obtendo assim, o despacho favorável de dois Secretários de Estado. -----

3 - A Autarquia deu, assim, o seu contributo e um sinal que estava atenta e valoriza o investimento privado. -----

4 - Tal como foi dito no passado, a Autarquia pretende ser amiga do investimento e dos investidores e todas as iniciativas que dependerem da diligência e da pró-atividade da Autarquia serão bem-sucedidas. --

Seguidamente, usou, novamente, da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

Das palavras do Senhor Presidente, entende que o "Novo Hotel" é aquele que vinha sendo desenvolvido e tinha já sido apresentado duas vezes. O Senhor Presidente, pretende retirar mérito de um facto que não é competência da Câmara - Desafetação da Reserva Agrícola -. -----

O Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, concluiu a sua intervenção, mediante a apresentação de uma congratulação, relacionada com a conclusão da obra de requalificação do Jardim de infância do Cino-Chaves, cujo teor, seguidamente, se transcreve: -----

Congratulação - Requalificação do Parque Escolar. -----

Considerando que está concluída a obra de requalificação do jardim de infância do Cino-Chaves; -----

Considerando que a obra orçada em 408 mil euros contemplou trabalhos de remodelação de revestimentos interiores, substituição da cobertura, substituição das caixilharias, ampliação do parque infantil, execução de pavimentos, ajardinamento do recreio, bem como a cobertura do recinto de jogos, conferindo ao estabelecimento de ensino maior qualidade; -----

Considerando que a requalificação do Jardim de Infância do Cino-Chaves é a terceira obra a estar concluída, tendo sido a primeira o Jardim de Infância de Vidago, no valor de 174 mil euros, a segunda a Requalificação da Escola EB1 de Santo Amaro, no valor de 265 mil euros e que em breve serão requalificadas a EB1 do Caneiro e a Escola Secundária Fernão Magalhães; -----

Considerando que a requalificação do parque escolar se insere na estratégia, definida pelo executivo municipal anterior, de valorização dos recursos humanos e que está plasmada no "Pacto para o desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega"; -----

Considerando que o "Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega" foi aprovado e homologado em 5 de agosto de 2015, sendo da total responsabilidade do executivo anterior; -----

Os Vereadores eleitos na lista do Partido Social Democrata, congratulam-se com a conclusão de mais um projeto, Requalificação do Jardim de Infância do Cino-Chaves, inserido no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial do Alto Tâmega, podendo a partir

de agora as crianças e a comunidade servida pelo Jardim de Infância do Cino-Chaves usufruir de melhores instalações. -----

Os Vereadores do PSD -----

Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, -----

Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas -----

Dra. Maria Manuela Pereira Tender -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
Relativamente a esta congratulação, referiu que os Senhores Vereadores do Partido Social Democrata, em particular, o Senhor Arq. António Cabeleira, têm vindo a um grande esforço de valorização do mandato autárquico anterior, concretizado em autoelogio, mas que essa avaliação já foi feita pelos flavienses aquando da sua pronúncia expressa no pretérito dia 01 de outubro de 2017. -----

Encerrado este assunto, o Presidente da Câmara, solicitou, junto do Vereador Arq. António Cabeleira, esclarecimentos adicionais, sobre os seguintes dossiês que correm seus termos na autarquia, a saber: ----

I - Associação "À Volta do Pote": Sobre esta matéria, o Presidente da interpelou, o Vereador do PSD, Arq. António Cabeleira, relativamente, ao pedido de pagamento de encargos, apresentado, junto da autarquia, pela referida associação, consubstanciada na reclamação do pagamento de serviços de refeições prestadas, no montante aproximado de € 1.500,00, no âmbito da Festa dos Povos. -----

II - Teatro Experimental Flaviense: Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara procurou apurar, junto do mencionado Vereador a veracidade da informação que lhe foi, recentemente, facultada, pela referida associação, consubstanciada na reclamação do pagamento de honorários, pelo conjunto de iniciativas levadas a cabo durante o ano de 2017, muito concretamente, Dia Mundial do Teatro, Devaneios, Festas da Cidade, Festas dos Povos. -----

III - Transporte de Gerador: Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara procurou apurar, junto do mencionado Vereador, as razões e os motivos que justificaram a autorização em setembro de 2017, em vista a realização do jogo Portugal-Gales, e apenas na presente data é apresentada a fatura em vista ao seu pagamento no montante aproximado de € 2.900,00. -----

Seguidamente, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo tecido, sobre a matéria, o seguinte comentário: -----

Não desconhece, a situação por completo, mas existem certos dossiês que têm uma condução política e outros uma condução técnica, neste contexto, solicitava que tais questões fossem colocadas à unidade orgânica responsável por tais atividades. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
Este é mais um sinal de que a gestão anterior não era rigorosa nem criteriosa. -----

III - INTERVENÇÃO DA VEREADORA DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO, DRA. MARIA MANUELA PEREIRA TENDER. -----

Usou da palavra, a Vereadora do Partido Social Democrata, Dra. Maria Manuela Pereira Tender, para questionar o Senhor Presidente se já

tinha recebido correspondência do Senhor Presidente da Assembleia da República, relativamente à compatibilização de mandatos e da possibilidade de discussão desta questão? -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
Confirma a receção da comunicação do Presidente da Assembleia da República, pensa que se trata de uma comunicação tipo, para todas as situações análogas, a discussão deste assunto poderá ocorrer aquando da aprovação definitiva do Regimento da Câmara Municipal. -----

I ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 08 de fevereiro de 2018. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata. -----
Não participou na votação deste assunto, o Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz Ribeiro, em virtude de não ter estado presente na reunião da Câmara Municipal titulada pela ata objeto de aprovação. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. **MOÇÃO - "MOVIMENTO PELO INTERIOR - EM NOME DA COESÃO"**. -----

Foi presente a moção identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Exposição de Motivos-----

Considerando a existência de um movimento apartidário, constituído por diversas personalidades, designadamente, autarcas, académicos, empresários, entre outros, que decidiram unir esforços em prol da criação de políticas públicas que contrariem ou atenuem problemas estruturais das regiões de baixa densidade;-----

Considerando que o Programa Nacional para a Coesão Territorial, incide sobre 165 municípios, concluindo-se que mais de metade da totalidade dos municípios portugueses são caracterizados como sendo do interior; Considerando que o primeiro problema estrutural que o interior deve enfrentar, é o da perda de população;-----

Considerando que o apoio a esta causa é uma mais-valia na alteração do paradigma do interior de Portugal;-----

Considerando ainda que o Município de Chaves se identifica com o exposto no documento anexo.-----

II - Moção -----

Neste sentido, atendendo ao supra exposto, objetivando-se o apoio ao Movimento pelo Interior, propõe-se que o Executivo Municipal, aprove a Moção, consubstanciada no documento anexo, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido;-----

Seguidamente o documento deverá ser submetido à aprovação da Assembleia Municipal.-----
Chaves, 16 de fevereiro de 2018-----

O Presidente da Câmara,-----
 Nuno Vaz)-----

Moção de Apoio ao "Movimento Pelo Interior - em nome da coesão"-----

Um grupo de personalidades constituído por autarcas, académicos e empresários, lançou recentemente o **"Movimento pelo Interior - em nome da coesão"**. Os primeiros sete subscritores do movimento são:-----

- Álvaro Amaro, Presidente da Câmara Municipal da Guarda e Presidente dos Autarcas Social Democratas-----
- Rui Santos, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real e Presidente da Associação Nacional dos Autarcas Socialistas-----
- António Fontainhas Fernandes, Reitor da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e Presidente do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas-----
- Nuno Mangas, Presidente do Instituto Politécnico de Leiria e Presidente do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos de Portugal-----
- Fernando Nunes, Empresário e Presidente do Grupo Visabeira-----
- Rui Nabeiro, Empresário e Fundador do Grupo Delta-----
- José Silva Peneda, ex-Presidente do Conselho Económico e Social----

Este movimento apartidário e abrangente procurará, no espaço de 12 anos ou três legislaturas, contribuir para a criação de políticas públicas que contrariem ou atenuem alguns dos problemas estruturais das regiões de baixa densidade, normalmente associadas ao interior do nosso país. De acordo com a resolução do Conselho de Ministros n.º 3/2016, de 22 de janeiro, o Programa Nacional para a Coesão territorial incide sobre 165 municípios, dos 308 que compõem o país. Ou seja, mais de metade da totalidade dos municípios portugueses podem ser caracterizados como sendo de interior.-----

Portugal é um país que, apesar de relativamente pequeno, apresenta uma enorme diversidade de realidades no seu território. Esta diversidade verifica-se ao nível dos costumes, da orografia, ou da cultura. No entanto, as grandes diferenças entre territórios, aquelas que nos devem preocupar enquanto país e nomeadamente enquanto autarcas, são as que se verificam ao nível do desenvolvimento, quer desenvolvimento social, quer desenvolvimento económico, passando naturalmente pelas questões demográficas, etárias, das acessibilidades, do emprego e da competitividade, entre outros. -----

Entre 1960 e 2011, a população residente portuguesa aumentou aproximadamente 20%, passando de 8.292.500 para 10.047.621 habitantes. No conjunto dos territórios do interior a tendência é inversa. Verifica-se, para o mesmo período, uma perda na ordem dos 30% de população. -----

Portanto, o primeiro problema estrutural que o interior deve enfrentar é o da perda de população. Para contrariar esta realidade é necessário promover a fixação daqueles que ainda resistem nesta parte do território e a atração de novos habitantes. Esta abordagem dual, de não só fixar os residentes, como atrair novos residentes, está relacionada diretamente com o segundo problema que enfrentamos: o envelhecimento da população.-----

Analisando os últimos 30 anos, entre 1981 e 2011, a população jovem regrediu 11%, a população ativa aumentou sensivelmente 1%, e a população idosa cresceu quase 10% no conjunto dos concelhos de Portugal continental. -----

E como assistimos a uma perda importante de população em volume, que leva a uma diminuição da densidade populacional e do número de utentes de serviços públicos, os gestores dos vários serviços centrais,

baseados nas sua folhas de Excel, cortam! Diminuem a presença do estado e dos serviços públicos no interior, desprezando o facto de diminuírem a qualidade de vida nestes territórios e de provocarem, em última análise, a continuação do ciclo de perda de população. -----
 Como exemplo, refira-se que, apenas nos últimos 5 anos, o país perdeu 1808 estabelecimentos de ensino, dos quais 1027 foram no interior. Relativamente às unidades de saúde de proximidade (extensões de saúde), o país perdeu cerca de 117 unidades, 50 das quais nos territórios do interior.-----

Estes são apenas alguns dos indicadores que demonstram a existência de um país a várias velocidades, onde a coesão territorial e convergência interna não existem e demonstram uma tendência de degradação, se nada for feito. Todo este contexto social e demográfico, associado a problemas de acessibilidade, ao desinvestimento por parte do estado central e à falta de políticas públicas descentralizadoras, criaram no interior do país o estigma de uma região desinteressante do ponto de vista económico, onde a atração de investimento é difícil e onde a geração de emprego e riqueza não é comparável à faixa litoral de Portugal.-----

A elevada concentração empresarial, industrial, de serviços e consequentemente de população nas áreas metropolitanas, criou uma série de constrangimentos a nível social e de planeamento. Verifica-se que uma parte significativa da perda de população do interior advém de migrações desta para a zona litoral, mais desenvolvida e percebida como geradora de mais oportunidades. Como é hoje evidente, a excessiva concentração de população em determinadas áreas urbanas, nomeadamente as áreas urbanas de maior dimensão, é potenciadora da existência de problemas sociais, da sobrecarga de serviços de saúde, de escolas e serviços educacionais, de redes de apoio social, entre outros. A gestão destes territórios começa a afigurar-se como extremamente difícil, extremamente cara e absolutamente desviada de qualquer conceito de qualidade de vida.-----

Como se vê, portanto, ignorar uma parte significativa do território nacional, ou dificultar a permanência nestas zonas de pessoas e negócios, é mau para o interior e é igualmente mau para o litoral. A defesa do interior e da sua convergência nunca poderá ser encarada como adversária, mas sim complementar do desenvolvimento do litoral e consequentemente do País como um todo.-----

Por tudo o acima descrito, o Município de CHAVES, consciente desta realidade e da urgência em promover uma inversão da mesma, declara o seu apoio ao **"Movimento Pelo Interior - em nome da coesão"**, acreditando que está reunido um conjunto de personalidades que conhece o território e tem capacidade e competências para atuar, concretamente, na alteração do paradigma do interior de Portugal.-----
 Chaves, 16 de fevereiro de 2018-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a moção. -----

Seguidamente, usou da palavra, o Vereador do Partido Social Democrata, Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, tendo proferido a seguinte declaração: -----

"Os Vereadores do Partido Social Democrata, concordam plenamente com a iniciativa, lamentam, que tenha de ser a comunidade, no caso, autarcas, académicos e empresários a tomar a iniciativa que deveria ser do Governo." -----

2.2. PROPOSTA DE CONCESSÃO DE CONDECORAÇÃO MUNICIPAL A JORGE BRAZ E PEDRO PALAS – EQUIPA TÉCNICA DA SELEÇÃO NACIONAL DE FUTSAL.” PROPOSTA Nº8/GAP/18. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I – Exposição-----

De acordo com o Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais, aprovado em reunião ordinária de Assembleia Municipal de vinte e oito de abril de 1992, as medalhas municipais destinam-se a distinguir pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, que se notabilizem pelos seus méritos pessoais ou feito cívicos e ainda funcionários do Município, pelo desempenho das suas funções.-----

Ainda nos termos do aludido regulamento, artigo 2º, “as medalhas municipais são cinco, assim designadas: de Honra, de Mérito, de Valor e Altruísmo, de Bons Serviços, de Dedicção”.-----

Neste contexto, a medalha Municipal de **Mérito** destina-se a distinguir as pessoas singulares ou coletivas, nacionais ou estrangeiras, de cujos atos advenham assinaláveis benefícios para o Município, quer pela divulgação dos seus valores, quer pelo superior exercício de funções autárquicas, quer por se haverem notabilizado em qualquer ramo das ciências, da cultura, desporto ou no exercício de qualquer outra atividade”.-----

II – Da Proposta-----

De acordo com o consignado no Regulamento de Concessão de Condecorações Municipais do Município de Chaves, tomo a liberdade de propor ao executivo municipal, que no dia 25 de fevereiro de 2018, seja concedida, nos termos do supra citado Regulamento das Condecorações Municipais, a **MEDALHA DE MÉRITO GRAU OURO**, a Jorge Braz e Pedro Palas, selecionador e treinador adjunto da equipa técnica nacional de futsal, pelo êxito conseguido ao conquistar o primeiro lugar no Campeonato da Europa de Futsal, cuja 12.ª edição consagrou, na Eslovénia, o triunfo de Portugal.-----

Os técnicos, com reconhecido mérito desportivo, têm demonstrado uma enorme dedicação, empenho e uma forte vontade de vencer, atingindo um patamar de excelência, como se pode comprovar pelo magnífico palmarés e currículo desportivo de cada um. -----

Jorge Gomes Braz, nasceu a 25 de agosto de 1972 em Edmonton (Canadá). Fez a estreia como treinador nacional de futsal a 23 de setembro de 2003, frente ao Azerbaijão, mas só a partir de julho de 2006 integrou a equipa técnica nacional, coadjuvando Orlando Duarte. Desempenha as funções de Selecionador Nacional de Futsal na Federação Portuguesa de Futebol, desde 2010.-----

Tendo contactado com o futsal no início dos anos 90 – depois de cumprido um percurso como jogador de futebol com formação no Grupo Desportivo de Chaves, integrando o plantel principal nas épocas 1991/92 e 1993/94–, Jorge Braz cedo se rendeu à modalidade e, em especial, à vertente técnica. Em 1994, sagrou-se campeão da série B do Campeonato Regional de Iniciados da Associação de Futebol do Porto. -----

O percurso como treinador começou em 1997, na Universidade do Minho, onde se manteve até 2001. Seguiu-se uma experiência na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (2001 a 2003), antes de regressar à Universidade do Minho, onde permaneceu até 2004. Esteve na Fundação Jorge Antunes, entre 2004 e 2007.-----

Em 2006/2007 sobe a treinador nacional de Futsal, tendo participado nas fases Finais do Campeonato da Europa de Futsal (UEFA), em 2007 no Porto, e no Campeonato do Mundo de Futsal (FIFA), em 2008, no Brasil.

Faz parte do Painel de Peritos da UEFA na área da formação de treinadores de Futsal desde 2012.-----

É licenciado em Educação Física pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da Universidade do Porto, tendo um mestrado em Ciências do Desporto, especialização de Treino em Alto Rendimento Desportivo.-----

Pedro Miguel Afonso Lopes Palas, nasceu a 4 de novembro de 1974, em Chaves. A época 2012/2013 marcou o início da sua relação com a Federação Portuguesa de Futebol como treinador nacional. A carreira como técnico de futsal ficou marcada pelas cinco épocas em que liderou a equipa sénior do SC Braga/AAUM, conduzindo os arsenalistas desde a 2.ª Divisão Nacional até ao principal escalão. Licenciado em Educação Física e Desporto, com opção complementar de futebol, pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Pedro Palas estreou-se como técnico de futsal na época 2001/2002, na qualidade de treinador adjunto da AAUTAD, cujo comando assumiu duas temporadas depois, culminando com a subida à 1ª Divisão Nacional. Seguiram-se três anos como selecionador distrital da AF Vila Real. Do currículo de treinador contam-se, ainda, cinco títulos nacionais de futsal universitário, três vice-campeonatos nacionais universitários, uma medalha de bronze no Campeonato do Mundo Universitário (2016) e dois vice títulos europeus universitários.-----

Esta equipa técnica, com raízes flavienses e responsável pela liderança da seleção nacional, ao sagrar a equipa portuguesa como vencedora do campeonato europeu na modalidade de futsal contribuiu para a promoção e valorização do desporto, destacando o país e reforçando o prestígio e a imagem do concelho de Chaves, região de gente de valor, com jovens capazes de alcançar grandes feitos e proezas.-----

O brilhante trabalho levado a cabo pelos treinadores, Jorge Braz e Pedro Palas, que ajudaram a escrever mais uma página de glória da história do desporto português são a expressão maior do esforço, dedicação e empenho, considerados notáveis e que honram e orgulham todos os flavienses.-----

Paços do Concelho de Chaves, 15 de fevereiro de 2018.-----

O Presidente da Câmara Municipal-----
(Nuno Vaz)-----

A votação da proposta, em apreciação, decorreu, por escrutínio secreto, nos termos do disposto no artigo 31º do Código do Procedimento Administrativo e n.º 3, do artigo 55º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro. -----

Apuramento da Votação: -----

Votos a Favor - 7 -----

Voto em Branco - 0 -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS. RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - 2017. MODELO DE RECOLHA DE DADOS 2017 - CARACTERIZAÇÃO PROCESSUAL. PARA CONHECIMENTO. -----

Foi presente o ofício identificado em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

A CPCJ de Chaves vem por este meio enviar a V. Exa. o Relatório de Atividades e a Caracterização Processual, referente ao ano de 2017, nos termos do nº2, do artigo 32º, da Lei 142/2015, de 8 de setembro.-
Com os melhores cumprimentos, -----

A Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Chaves,
(Márcia Teixeira) -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 15.02.2018 -

À Reunião de Executivo Municipal, para conhecimento. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.4. PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE A UNIVERSIDADE ABERTA E A CÂMARA MUNICIPAL DE CHAVES. PROPOSTA Nº 11/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação -----

A Universidade Aberta, através da sua rede de Centros de Locais de Aprendizagem, pretende desenvolver, uma apropriada inter-relação - Universidade/Sociedade -, a fim de estender o serviço público de educação/formação superior a setores da população que de outra forma se veriam privados dele. Configurada por isso a UAb em regime de descentralização funcional, conforme definição estatutária, a sua estrutura territorial é assim integrada por três tipos ou modalidades de funcionamento: Sede Central, Delegações e Centros. -----
Contemplada a modalidade de Centros nos estatutos da UAb, parece oportuno estabelecer as bases, as características e as condições dessa nova funcionalidade de Centros, sem perder de vista a possibilidade de adaptação de determinados Centros de Apoio atuais, que reúnam os requisitos consignados no documento de criação dos CLAs. Deste modo a criação e regulação desta nova figura de Centro, permitirá coordenar a atividade académica dos Centros e da sua zona de influência. -----

Constitui-se assim uma Rede de Centros da Universidade Aberta formada por um conjunto de meios (Centros) procedentes dos Centros de Apoio atuais e/ou de nova criação. -----

A característica fundamental destes Centros será implementar e adequar no espaço nacional uma rede de serviços de ensino/formação superior da UAb com uma maior ligação académica e institucionalizada às Delegações e Sede Central, e com o fim de garantir as melhores prestações docentes e de serviço público aos cidadãos das diferentes regiões do país. -----

II - Da proposta em sentido estrito -----

Propõe-se que a Câmara Municipal tome deliberação nos termos do anexo I da Lei 75/20133, de 12 de setembro, no sentido de: -----

a) Aprovar a minuta do Protocolo a celebrar com a UAb, nos termos do documento em anexo a presente proposta que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais; -----

b) Em caso afirmativo, ficar legitimado o Sr. Presidente da Câmara Municipal a proceder à sua assimetria em representação do Município.-

c) Os encargos financeiros emergentes de celebração do presente protocolo serão objeto, caso se revele necessário, de prévio enquadramento e autorização. -----

Chaves, 19 de Fevereiro de 2018 -----

O Presidente da Câmara, -----

(Nuno Vaz) -----

----- **MINUTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO** -----

Entre -----
 Universidade Aberta (doravante designada por UAb) -----
 e -----

Câmara Municipal de Chaves (doravante designada por Município) -----

É celebrado, livremente e de boa-fé, o presente protocolo de
 colaboração, que se rege pelas seguintes cláusulas: -----

Cláusula 1ª -----

Objeto -----

O presente protocolo visa regular a colaboração entre a UAb e o
 MUNICÍPIO para a instalação de um Centro Local de Aprendizagem
 (doravante designada por CLA de Chaves). -----

Cláusula 2ª -----

Atribuições do MUNICÍPIO -----

1. Constituem atribuições do MUNICÍPIO, no âmbito do presente
 protocolo, disponibilizar o CLA de Chaves com as seguintes
 infraestruturas e equipamentos: -----

- Centro de Documentação/Biblioteca -----
- Sala de Exames -----
- Sala de TIC -----
- Sala de Eventos -----

2. São ainda competências do MUNICÍPIO a manutenção e segurança dos
 espaços, uma vez criadas as infraestruturas com as seguintes
 valências, como a seguir é mencionado: -----

- Centro de Documentação/Biblioteca -----

O CLA de Chaves integrará a rede do Centro de Documentação/Biblioteca
 Central da UAb. -----

Será assegurada pelo MUNICÍPIO uma biblioteca com uma superfície
 suficiente para alojar os materiais de estudo e respetivo mobiliário.
 Nestas circunstâncias, considera-se adequado um mínimo de 3 m² por
 cada 20 estudantes. -----

Os estudantes podem recorrer a um serviço de livraria on-line da UAb
 para os apoiar. -----

- Sala de Exames -----

O Centro deve contar com um número mínimo de 150 lugares para a
 realização dos exames. -----

- Sala de TIC -----

O Centro deve ter uma sala de informática com um posto de trabalho por
 cada 20 estudantes. Deve ainda estar equipado com serviços de videoteca
 (fonoteca) e videoconferência, para visionamento em grupo ou
 individual. -----

- Sala de eventos -----

O Centro deve dispor de um Salão de Atos com capacidade mínima de 150
 lugares. -----

Cláusula 3ª -----

Coordenação e atribuições da UAb -----

Constituem atribuições da UAb, no âmbito do presente protocolo,
 assegurar a criação e gestão do Centro, cumprindo as seguintes
 condições: -----

I. Coordenação: -----

1. O Coordenador do Centro é proposto pelo MUNICÍPIO, devendo,
 previamente, ser entrevistado conjuntamente pelo responsável da Rede
 de Centros da UAb, pelo Diretor da Delegação da área geográfica a que
 o Centro pertence e pelo responsável da Instituição cooperante, e
 merecer, consequentemente, o seu aval. -----

2. O Coordenador deve ser preferencialmente originário ou residir no Concelho de Chaves (ou na região), e possuir um conhecimento das necessidades locais de formação das populações adultas. -----

3. O Coordenador deve ter graduação/qualificação ao nível de licenciatura ou superior e ser conhecedor de metodologias de EaD. ---

4. O Coordenador exercerá as suas funções por duração indeterminada mas previsível de até 2 anos, em modo de período experimental, findo o qual será avaliado pelos dirigentes/entidades referidas no ponto 1.

5. O Coordenador será remunerado pelo MUNICÍPIO e responderá às orientações emanada pela Unidade de Desenvolvimento dos Centros Locais de Aprendizagem da UAb. -----

6. São funções do Coordenador: -----

a) elaborar o Plano Anual de Atividades, bem como o Relatório de Execução; -----

b) representar o Centro; -----

c) assegurar a gestão e organização dos recursos; -----

d) coordenar a execução das atividades académicas; -----

e) pronunciar-se sobre atividades de educação permanente e extensão universitária; -----

f) propor a admissão de colaboradores; -----

g) promover parcerias de âmbito local e regional; -----

h) identificar novos públicos; -----

i) exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pelos órgãos da Universidade. -----

II. A UAb compromete-se a estabelecer um plano de formação em rede para o Coordenador. -----

III. Vigilantes: -----

A consulta pública e a seleção de vigilantes executam-se em conformidade com as disposições e normas da UAb e ao abrigo do disposto na legislação vigente. -----

Cláusula 4ª -----

Obrigações Financeiras -----

I - O MUNICÍPIO, signatário do protocolo com a UAb, compromete-se a cobrir as despesas necessárias ao bom funcionamento do CLA de Chaves, obrigando-se a incluir nos seus orçamentos ordinários, as verbas necessárias para assumir a sua participação nos gastos totais do Centro sem prejuízo de procurar outros meios/formas de financiamento. -----

II - Cumpre à UAb suportar os custos inerentes ao pagamento dos vigilantes e da receção e envio das provas. -----

Cláusula 5ª -----

Cobertura Académica -----

I - Constituem atribuições do CLA de Chaves: -----

a) acolher os estudantes e os formandos da UAb do seu âmbito geográfico; -----

b) colaborar na oferta de programas especiais de formação através de acordos com instituições locais. -----

II - O CLA de Chaves organiza-se, na sua estrutura académica, de acordo com o Regulamento Geral e em conformidade com as restantes normas que derivam dos órgãos da Universidade. -----

III - A programação de todo tipo de atividades de extensão universitária e culturais que se organizem no CLA de Chaves, ajustar-se-á às normas estabelecidas pelos órgãos de Governo da Universidade. Em qualquer caso, o Coordenador deverá propor os orçamentos correspondentes a este tipo de atividades. -----

IV - Os estudantes da UAb que prestem provas de avaliação no CLA de Chaves efetuam as mesmas em salas do Centro e são acompanhados por vigilantes. -----

V - O Coordenador deverá organizar o serviço de exames a nível local, de acordo com as normas estabelecidas pela UAb e com o rigor devido ao processo. -----

Cláusula 6ª -----

Disposições Finais -----

A racionalidade do modelo de funcionamento de um CLA deve ser reconhecido como um fator decisivo no desenvolvimento da UAb e do ensino a distância, em Portugal. Neste sentido, o modelo adotado para o funcionamento dos Centros deve ser equacionado segundo critérios objetivos e bem claros, tais como: -----

- **Eficácia** em termos de consecução dos objetivos. -----
- **Eficiência** na medida em que deve ser orientado para iniciativas de carácter prolongado. -----
- **Imunidade** contra estratégias particulares, devendo os signatários atuar de acordo com os objetivos da política educativa e, também, de forma consentânea com os princípios do protocolo/acordo estabelecido, estando os Centros sujeitos a um sistema de monitorização e de supervisão por parte dos órgãos de governo da UAb. -----

Cláusula 7ª -----

Vigência e denúncia -----

O presente protocolo entra em vigor a ... de ... de ... e manter-se-á enquanto as partes assim o entenderem. Qualquer dos outorgantes poderá, no entanto, denunciar o presente protocolo com a antecedência mínima de 90 dias (noventa dias) e sem prejuízo da conclusão das atividades em curso. O protocolo poderá ainda ser modificado, no todo ou em parte, ou cessar, por acordo das partes, devendo as negociações tendentes às referidas modificações ou cessação ser reduzidas a escrito, e a posição final constar de documento escrito assinado pelos representantes das partes. -----

Data -----

O Reitor da UAb

O Presidente do MUNICÍPIO

Paulo Maria Bastos da Silva Dias

Nuno Vaz

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. APRESENTAÇÃO DE QUEIXA DE ATAQUE DE CÃES SELVAGENS / LOBOS REQ: MARIA DA GLÓRIA BORGES PEREIRA BARROCO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº31/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Dos Factos -----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 8596, datado do pretérito dia 18/10/2017, Maria da Glória Borges Pereira Barroco veio pedir que a Câmara Municipal de Chaves ajude a suportar as despesas relativas aos prejuízos sofridos com os ferimentos e perdas de animais provocados na sequência de um ataque de cães selvagens/lobos. -----

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2018/01/11, a qual recaiu sobre a Informação n.º 1/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 3 de janeiro de 2018, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. -----

3. Neste contexto, foi concedido à peticionária o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, a requerente não apresentou qualquer observação ou sugestão, na tentativa legítima de inverter o sentido de decisão entretanto manifestado pelo órgão executivo municipal. -----

5. Assim, deverá tal sentido de decisão tornar-se, agora, definitivo. -----

II - Proposta -----

Em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão definitiva, substantivada no indeferimento do pedido formulado pela requerente, com base nas razões expostas na Informação n.º 1/DAF/2018, produzida por estes serviços, no dia 3 de janeiro de 2018; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 14 de fevereiro de 2018 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 2018/02/14 -----

Visto. Concordo com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares estabelecidas sobre a matéria. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. INCUMPRIMENTO DE ACORDO DE PAGAMENTO - CONCEIÇÃO DIAS AFONSO. DÍVIDAS REFERENTES A CONSUMOS DE ÁGUA EXECUÇÃO FISCAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA 34/DAF/18. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Preliminares -----

1. Através do requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 669/18, datado do pretérito dia 17 de janeiro de 2018, Conceição Dias Afonso veio expor o seguinte: *"Seja apreciado novamente o processo referente ao CIL 3829 - Cliente 9566, CIL40815. -----*

Não me foi possível efetuar o pagamento e cumprir o plano de pagamento aprovado em reunião de câmara 02/11/2017, pelo que solicito a reapreciação do processo e autorizado novo plano. -----
Comprometo-me a pagar as prestações que me forem autorizadas." -----

2. Neste contexto, veio a ser solicitado a estes serviços a emissão da competente informação técnico-jurídica sobre a estratégia a adotar perante o incumprimento do referido acordo de pagamento. -----

3. Assim, cumpre-me informar, sobre a matéria, o seguinte: -----

II - Dos Factos -----

1. Na sequência da reunião ordinária do executivo municipal, realizada no pretérito dia 02/11/2017, veio a ser autorizada, à requerente, o pagamento do valor em dívida, a título de consumos de água efetuados e não pagos, em 10 prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira a partir do dia 05/12/2017, com base nas razões apontadas na Informação/proposta n.º 176/DAF/2017, de 17 de outubro de 2017. -----

2. O valor da dívida, em causa, ascendia ao montante de 1120.76€.

3. Sendo certo que, a requerente não efetuou o pagamento de qualquer prestação, incumprindo o plano autorizado logo na primeira prestação.

III - Do direito -----

1. A Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, alterada pelas Leis n.º 12/2008, de 26 de Fevereiro e n.º 24/2008, de 2 de Junho, consagrou um conjunto de regras a que deve obedecer a prestação de serviços públicos essenciais, com vista à proteção do utente. -----

2. Ora, os serviços públicos abrangidos pelo retrocitado diploma legal são os serviços de **fornecimento de água**, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás natural e gases de petróleo liquefeitos canalizados, de comunicações eletrónicas, serviços postais, serviço de **recolha e tratamento de águas residuais** e serviços de **gestão de resíduos sólidos urbanos**. -----

3. Resulta do disposto no n.º 1, do art. 9º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações, que o utente tem direito a fatura onde se especifique devidamente os valores que a mesma apresenta. ---

4. Todavia, a entidade que presta o serviço dispõe de um prazo de seis meses para exigir ao utente o pagamento do valor constante da respetiva fatura, sob pena de prescrição desse direito, de acordo com o disposto no n.º 1, do art. 10º, da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho e ulteriores alterações. -----

5. Sobre esta matéria, o n.º 4, da retrocitada disposição legal, esclarece que o prazo para a propositura da ação ou da injunção pelo prestador de serviços é de seis meses, contados após a prestação do serviço ou do pagamento inicial, consoante os casos. -----

6. Ora, no caso do prestador de serviços se tratar de um Município, então a cobrança coerciva dos valores em dívida deverá seguir a forma

de execução fiscal, cujo procedimento se encontra regulado no Código de Procedimento e Processo Tributário, conforme a conjugação do art. 155º, do Código de Procedimento Administrativo e do art. 10º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações. ---

7. Neste caso e porque se trata de tributos administrados por autarquias locais são estas as entidades competentes para o respetivo processo de execução fiscal, nos termos do n.º 1, do art. 7º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações. ---

8. Sendo certo que, por força do princípio da decisão, intentar uma execução fiscal para cobrança de valores em dívida e referentes a tributos administrados pelo Município consubstancia um verdadeiro poder - dever. -----

9. Isto significa que perante a falta de pagamento de uma fatura de água, o Município está legalmente obrigado a instaurar a respetiva execução fiscal, sob pena de violação de uma obrigação legal, com todas as consequências legais. -----

10. E prova disso é que, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 85º, do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de Outubro e ulteriores alterações, a concessão da moratória ou a suspensão da execução fiscal fora dos casos previstos na lei, quando dolosas, são fundamento de responsabilidade tributária subsidiária. -----

11. Existindo plano de pagamento de dívida em execução fiscal, devidamente autorizada pelo órgão executivo municipal, basta o incumprimento de uma prestação para que se considerem vencidas todas as restantes. -----

12. Tanto mais que os processos de execução fiscal se encontram informatizados, através de plataforma criada para o efeito, correndo os mesmos de forma automática, no estrito cumprimento dos procedimentos e prazos previstos na lei. -----

13. Partindo destas premissas, facilmente se conclui que o incumprimento do acordo de pagamento, celebrado entre o Município de Chaves e a ora requerente, tem como consequência a prossecução do processo de execução fiscal, desta feita visando a cobrança coerciva dos valores em dívida de uma só vez. -----

14. Tanto mais que a requerente não invoca, no seu requerimento, qualquer razão que justifique o não cumprimento do plano de pagamento faseado, inicialmente aprovado. -----

III - Da proposta -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela requerente, com base nas razões anteriormente expostas;

b) No cumprimento do disposto no art. 121º e ss. do CPA, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão entretanto exarado; -----

c) De imediato, reenvio do presente processo ao gabinete do Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 15 de fevereiro de 2017 -----

O Técnico Superior Jurista -----

(Dr. Marcos Barroco) -----
Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DRA. SANDRA LISBOA DE 2018/02/16 -----
 Visto. Concorde com a presente informação, a qual dá inteiro cumprimento às normas legais e regulamentares estabelecidas sobre a matéria. -----
 À consideração do Diretor de Departamento. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -
 À Reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA DOS PASSES ESCOLARES DOS ALUNOS CARENCIADOS QUE FREQUENTAM O ENSINO SECUNDÁRIO - ANO LETIVO 2017/2018. INFORMAÇÃO/DDSC Nº15/SE Nº12/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----
 Através da Informação nº 92/SE Nº50/2017, de 28 de julho de 2017, presente na reunião de Câmara de 04 de agosto de 2017, foram aprovadas as normas de comparticipação, com vista à sua implementação no ano letivo 2017/2018, dos passes escolares dos alunos carenciados do ensino secundário, e que passo novamente a expor: -----
 "- A comparticipação a 100% dos passes dos alunos provenientes da Escola Professor Nuno Rodrigues e do Patronato de Vilar de Nantes; -
 - A comparticipação no valor de 100%, 50% e 25% dos passes dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas;-----
 Na avaliação dos pedidos de comparticipação, deverão ser considerados:
 a) O Escalão atribuído pelo Serviço de Ação Social Escolar do respetivo Agrupamento de Escolas; -----
 - Comparticipação a 100% - Situações de grave carência identificadas pelas direções dos Agrupamentos de Escolas, Juntas de Freguesia ou pelo próprio, com verificação e confirmação por parte do setor de educação; -----
 - Comparticipação a 50% - Alunos com o escalão A; -----
 - Comparticipação a 25% - Alunos com o escalão B ou inseridos em famílias que comprovadamente auferiram rendimentos reduzidos." -----
 Em consonância com o exposto e de acordo com a deliberação de Câmara de 04 de agosto de 2017, "após a receção e avaliação dos pedidos de comparticipação, para o presente ano letivo, proceder-se-á à elaboração de proposta, a submeter ao executivo camarário, com os valores deste encargo e em cumprimento do LCPA, será atribuída a rubrica orçamental e o respetivo compromisso". -----

Considerando que no âmbito dos pedidos de comparticipação financeira dos passes escolares dos alunos que frequentam o Ensino Secundário e que apresentam dificuldades económicas, deram entrada no Município de Chaves mais 18 pedidos de comparticipação, distribuídos de acordo com as seguintes tabelas: -----

ESCOLA SECUNDÁRIA DR. ANTÓNIO GRANJO -----

Passe comparticipado a 50%- Escalão A -----

| Nome do aluno: | Localidade |
|---------------------------------|------------|
| Axelle Valentine Sousa Oliveira | Traslar |
| Catarina Correia | Bobeda |
| Diogo Fusí Gomes | Redial |
| Maria Fátima Benevides Coelho | Nantes |

Passe comparticipado a 25%- Escalão B -----

| Nome do aluno: | Localidade |
|-----------------------------------|------------|
| Alexandrino Costa Coutinho | Izei |
| Ana Rita Barbosa Fontoura | Bobeda |
| Daniela Correia Ferreira | Tresmundes |
| Henrique Daniel Teixeira Ferreira | vidago |

ESCOLA SECUNDÁRIA DR. JÚLIO MARTINS -----

Passe comparticipado a 50% - Escalão A -----

| Nome do aluno: | Localidade |
|-------------------------------|-------------------|
| Charlene Branco Pires | Casas de Monforte |
| Filipa Correia | Cela |
| João Carlos Ramalho Fernandes | Santo Estevão |

Passe comparticipado a 25% - Escalão B -----

| Nome do aluno: | Localidade |
|---------------------------------------|---------------|
| Daniel Jesus Trinta Taveira | Traslar |
| Helena Cristina Barreira Reis Delgado | Sesmil |
| Joana Filipa Ferreira Grilo | Santo Estevão |
| Margarida Isabel Fernandes | Torre |

ESCOLA SECUNDÁRIA FERNÃO DE MAGALHÃES -----

Passe comparticipado a 25% - Escalão B -----

| Nome do aluno: | Localidade |
|------------------------------|-------------------|
| André Cunha Gonçalves | Casas de Monforte |
| Inês Mariana Carvalho Santos | Vidago |
| Pedro Silva Ferreira | Vidago |

Considerando que o valor previsto, com este encargo, para o 1º e 2º período, do ano letivo 2017/2018, é de 1.168,25€. -----

Considerando que o valor estimado, com este encargo, para o 3º período é no valor de 526,47€, tendo em conta o número de dias do 3º período (52 dias x 2 viagens) e os preços dos bilhetes em vigor. O valor das comparticipações referentes ao 3º período é descontado, diretamente, quando da aquisição do passe, pelos retrocitados alunos e debitado, posteriormente ao Município, pela Empresa Auto Viação do Tâmega, através do Ajuste Direto nº27/SC/2017. -----

Assim, em anexo, segue o mapa com os valores referentes às comparticipações atribuídas aos alunos, para o respetivo reembolso, devendo os referidos encarregados de educação fazer prova, junto da contabilidade, dos pagamentos efetuados. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir a seguinte metodologia: -----

a) Encaminhamento da presente informação à Divisão de Gestão Financeira para atribuição da rubrica orçamental, bem, como, do respetivo compromisso, em cumprimento com o LCPA; -----

b) O seu encaminhamento, após confirmação do acima descrito, à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 07 de fevereiro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

Lídia Pinto -----

Em anexo: Mapa dos alunos com o valor dos respetivos reembolsos ----

*O encargo assumido pelo Município, até à presente data, referente às comparticipações com os passes escolares do ensino secundário é no valor de 7.641,21€ -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2018.02.07 -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-----

DESPACHO DO SENHOR VICE PRESIDENTE DA CÂMARA, DR. FRANCISCO CHAVES DE MELO, DE 16.02.2018 -----

Proceder com o compromisso da despesa. À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º05/SHSDPC/N.º05/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 1. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.01.11-----

Visto. Concorde. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPETIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 07/02/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º22/SHSDPC/N.º15/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 2. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.01.31-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 07/02/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. REFORÇO DO APOIO ECONÓMICO A ANTÓNIO PAULO DOS REIS TEIXEIRA (VALE DO GALO). INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º04 / SHSDPC / N.º04 /2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 3. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.01.03-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 07/02/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS. HABITAÇÃO PARCIALMENTE DESTRUÍDA POR UM INCÊNDIO - ALDEIA DE PASTORIA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º10/SHSDPC/N.º06 /2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 4. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.01.12-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 07/02/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - SUBSÍDIO AO ARRENDAMENTO. PROCESSO: 03/2016 - PRORROGAÇÃO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº19/SHSDPC/N.º12/2018. -----

Foi presente, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 5. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS PAULA CABUGUEIRA DE 2018.01.26-----

Visto. Concordo. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DA SENHORA VEREADORA RESPONSÁVEL PELA RESPECTIVA ÁREA DE INTERVENÇÃO MUNICIPAL, ENG. PAULA CHAVES DATADO DE 07/02/2018 -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ÀS BANDAS MUSICAIS, SEDEADAS NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº 7/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Justificação -----

Através dos ofícios que se anexam, devidamente registados na Secção de Expediente Geral desta Câmara Municipal nos dias 24 e 31 de janeiro de 2018, as entidades que abaixo se enumeram, solicitam comparticipação financeira da autarquia, tendo em vista o pagamento das propinas, dos membros que integram as bandas musicais e concomitantemente estão matriculados no Ensino Especializado da Academia das Artes de Chaves; -----

Banda Municipal Flaviense "Os Pardais"; -----

Banda Musical de Loivos; -----

Banda Musical da Outeiro Seco; -----

Banda Musical da Torre de Ervededo; -----

Banda Musical de Vila Verde da Raia; -----

Associação Cultural Flaviense. -----

Considerando que as entidades acima identificadas celebraram um Protocolo com a Academia de Artes de Chaves, mediante o qual, esta se compromete a promover a formação e desenvolvimento musical dos membros das Bandas mediante uma contrapartida financeira; -----

Considerando que este protocolo visa apoiar os alunos com mais carências financeiras, permitindo-lhes frequentar o Ensino Artístico Especializado e, por este meio, obter o reconhecimento oficial dos seus estudos; -----

Considerando o comprovado desenvolvimento técnico e musical dos alunos abrangidos por este programa; -----

Considerando que com este compromisso se ambiciona aumentar a qualidade da instituição/banda musical que cada aluno representa; ---

Considerando que a conceituada "Orquestra de Sopros da AAC" surgiu da necessidade de agregar os alunos das bandas filarmónicas num grupo que lhes permitisse evoluir tanto ao nível das competências específicas para a música de conjunto como da evolução das coletividades em que se integram; -----

Considerando o reconhecido interesse público das bandas musicais, as quais representam uma mais-valia cultural e educacional, dinamizando consequentemente a elevação da qualidade de vida da população, na justa medida em que vários concertos das referidas bandas, ao longo do ano, fazem parte do programa cultural do Concelho; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município. -----

II - Da Proposta em Sentido Estrito -----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta: -----

a) Que sejam apoiadas as instituições constantes do mapa anexo, com o valor nele especificado, o qual varia de acordo com o número de alunos inscrito na Academia de Artes e o nível de ensino que frequentam (básico ou secundário); -----

b) Dar conhecimento do teor da decisão administrativa tomada às entidades participadas; -----

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização; -----

d) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do executivo camarário dever-se-á promover a devida publicação em jornal local e em boletim municipal; -----

e) A presente proposta tem cobertura orçamental através da seguinte rubrica: 04 07 01 01. -----

f) Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documento contabilístico da Divisão Financeira. -----

Chaves, 07 de Fevereiro de 2018 -----

O Presidente da Câmara, -----
(Nuno Vaz) -----

Quadro Sinótico

Anexo à proposta n.º 7/GAP/2018

| Entidades | Apoio Financeiro | Tipo de Ensino | Nº de Alunos | Cálculo do Valor |
|-------------------------------------|-------------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------------|
| Banda Musical de Vila Verde da Raia | 1.815,00 € | Básico | 1 | 11 meses x 75,00 € x 1 alunos |

| | | | | |
|---------------------------------------|------------|------------------|---|-------------------------------|
| | | Secundário | 1 | 11 meses x 90,00 € x 1 alunos |
| Banda Musical de Torre de Ervededo | 6.600,00 € | Básico/Iniciação | 8 | 11 meses x 75,00 € x 8 alunos |
| | | Secundário | 0 | - |
| Associação Cultural Flaviense | 6.930,00 € | Básico/Iniciação | 6 | 11 meses x 75,00 € x 6 alunos |
| | | Secundário | 2 | 11 meses x 90,00 € x 2 alunos |
| Banda Musical de Loivos | 6.765,00 € | Básico/Iniciação | 7 | 11 meses x 75,00 € x 7 alunos |
| | | Secundário | 1 | 11 meses x 90,00 € x 1 alunos |
| Banda Musical de Outeiro Seco | 1.650,00 € | Básico/Iniciação | 2 | 11 meses x 75,00 € x 2 alunos |
| | | Secundário | 0 | - |
| Banda Municipal Flaviense "O Pardais" | 4.125,00 € | Básico/Iniciação | 5 | 11 meses x 75,00 € x 5 alunos |
| | | Secundário | 0 | - |

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, NUNO VAZ. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ENG. VICTOR SANTOS. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. ---

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3. INSTALAÇÃO DE RESTAURANTE, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - PROCESSO N.º 295/17 - BEATRIZ COELHO MORAIS E INÊS COELHO MORAIS - LUGAR DE TRÁS DA SANTA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VICTÓRIA ALMEIDA DATADA DE 30.01.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

1.1 A coberto do requerimento, registado nesta unidade orgânica sob o nº748/17, em 04/05/2017, que deu origem ao processo de obras nº295/17, as Senhoras Beatriz Coelho Morais e Inês Coelho Morais, na qualidade de proprietárias, apresentaram um pedido de informação prévia sobre a possibilidade de realizar obras de construção, em área abrangida pelo PDM de Chaves, nos termos do nº 1, do artigo 14.º, do DL n.º555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, destinadas a um edifício para instalar um restaurante a implantar num prédio abaixo identificado.--

1.2 Mais solicitaram a esta Edilidade que lhes fosse reconhecido o interesse público referente à construção de um imóvel destinado à instalação de um estabelecimento de restauração, a qual se projeta sobre prédio rústico, com a seguinte descrição: -----

Prédio rústico, composto de mato, situado em Trás-da-Santa, Freguesia de Valdanta, descrito na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº249/199880725 e inscrito na matriz sob o nº2223, com área total de 11236 m², área descoberta de 11236 m², confrontando de norte com caminho de consorte, de nascente e sul com particulares e de poente com caminho público e pertence às titulares do processo supra identificado.-----

2. ANTECEDENTES-----

2.1. Após análise do processo, constata-se que no terreno existem umas edificações, as quais serão alvo de demolição, no âmbito do presente processo.-----

2.2 Em 10/12/2016, as requerentes apresentaram um pedido de informação prévia que decorreu no processo n.º 746/16, com proposta de parecer desfavorável relativamente ao pedido de informação prévia, pois para além de outras questões a mesma deveria ser obrigatoriamente precedida de um reconhecimento por parte do Município de uma iniciativa de interesse para o desenvolvimento local, comunicada através do anterior Ofício n.º 63/DGOT/2017, de 2017/01/13. Ultrapassado o prazo concedido, ao abrigo dos artigos 121.º e 122.º do Decreto-Lei nº4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, sem que as requerentes tenham apresentado qualquer tipo de alegações às questões que motivaram o indeferimento da pretensão, foi proposta a decisão final de indeferimento.-----

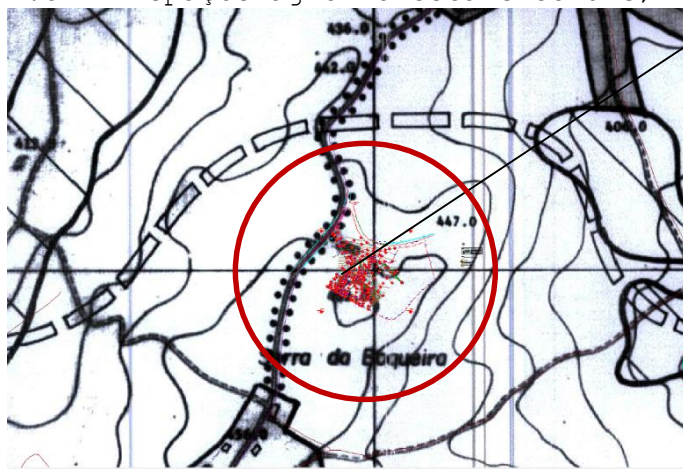
2.3 O reconhecimento de interesse público para o desenvolvimento local veio a ser aprovado por deliberação tomada em Reunião da Câmara Municipal realizada em 29/09/2017.-----

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO -----

Enquadramento do pedido nos instrumentos de planeamento Territorial, Plano Diretor Municipal de Chaves (PDM) -----

De acordo com a demarcação constante na planta de localização à escala 1/10.000, apresentada pelas requerentes e simultaneamente as plantas

de ordenamento do Plano Diretor Municipal⁽¹⁾, folha nº34-A, verifica-se que o terreno se encontra inserido em Classe 4 - espaços agrícolas e florestais, Categoria 4.3 - Espaços agroflorestais; subcategoria 4.3A - Espaços agroflorestais comuns; -----



Conforme se ilustra, na sobreposição do levantamento topográfico georreferenciado, apresentado pelas requerentes, sobre o raster da carta de ordenamento correspondente (folha nº34A).

Enquadramento do pedido em servidões e/ou restrições de utilidade pública-----

Segundo a planta de condicionantes do regulamento do PDM, folha nº 34-A, apresentada pelas requerentes, o local não está sujeito a qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública.-----

4. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

4.1 Regras de Edificabilidade-----

4.1.1 A área de intervenção, localiza-se em espaços agroflorestais comuns e que está dissociada de operação de loteamento, à pretensão aplicam-se os parâmetros urbanísticos plasmados no nº 2, do artigo 58º, da seção IX, do regulamento do PDM, por força do disposto no nº 1, do artigo 54º, do mesmo regulamento.-----

4.1.2 Quanto ao uso do edifício, destina-se à instalação de um estabelecimento de restauração.-----

4.1.3 Quanto às regras de edificabilidade, o prédio possui uma área total conservada de 11236,00m², é proposta uma edificação com 4 pisos, (sendo 3 pisos com área útil construída e em balanço sobre uma parte do terreno de menor cota altimétrica, criando um espaço exterior coberto) com uma área bruta de construção de 694,00m², inferior à área bruta de construção resultante da aplicação do $I_c=0,15m^2/m^2$, à área da parcela, ou seja, 1685,04m², em conformidade com o n.º 3, do artigo 58.º que remete para a alínea b), do n.º 2 do mesmo artigo do regulamento do PDM. No que concerne à área total do solo impermeabilizado é proposta uma área 1662,80m², inferior à aplicação de 15% à área da parcela integrada em espaços agrícolas e florestais, ou seja 1685,40m², logo cumpre com o estabelecido na alínea b), do n.º2, do artigo 58.º, do regulamento.-----

4.1.4.A edificação, salvo melhor opinião, garante um afastamento de 200m a qualquer instalação agropecuária já existente, de acordo com a alínea c), do n.º2 do artigo 37, por força do disposto na alínea b), do nº 2 do art.º 58º;-----

4.1.5 A edificação garante uma distancia mínima de 10 de qualquer extrema da parcela, conforme o disposto na alínea d), do n.º2 do artigo 37.º por força do disposto na alínea b), do nº 2 do artigo 58º;-----

¹ Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento. -----

4.1.6 Por lapso, na informação n.º1159/SCOU/2017, datada de 12/09/2017, no ponto 8.5, foi referido que a edificação cumpria a disposição prevista na alínea e), do n.º 2. do artigo 37.º por força do disposto na alínea b), do n.º 2, do artigo 58.º do regulamento do PDM, contudo a altura da edificação teve como referencia o caminho de consortes, o qual não pode ser considerado de serventia ao prédio, para o uso em causa. Para o efeito deverá ser considerado como via de referencia o caminho público localizado a poente (como decorre da interpretação do artigo 38.º sob a epígrafe "designação dos pisos", do RMUE).-----

4.1 7 A altura da edificação é de 2 pisos na sua fachada norte. Nas restantes fachadas, o edifício tem 4 pisos (sendo 3 pisos com área útil construída e em balanço sobre uma parte do terreno de menor cota altimétrica, criando um espaço exterior coberto). Neste sentido estamos perante uma situação particular em que o edifício aparenta ter 2 pisos a partir do caminho de consortes, mas nas restantes confrontações, designadamente na confrontação com o caminho público, que é a via de referencia e que lhe dá serventia, o edifício tem altura equivalente a 4 pisos.-----

4.1.8. Atendendo ao exposto, considera-se não estar garantida a integração visual e paisagística do empreendimento uma vez o mesmo configurar, efetivamente, um edifício com altura de 14,6m, equivalente a 4 pisos em todas as fachadas, exceto na voltada a norte, o que não é compatível com o estatuto de ocupação e utilização admissível nos espaços da Classe 4 - espaços agrícolas e florestais, Categoria 4.3 - Espaços agroflorestais; subcategoria 4.3A - Espaços agroflorestais comuns, em concreto, com a disposição que limita a altura das edificações a 7,5m (alínea e), do n.º2. do artigo 37 por força do disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 58º, do regulamento do PDM).

4.1.9 Face ao que vem a ser dito, considera-se que o projeto em causa deverá ser alterado de modo a contemplar o escalonamento dos pisos em harmonia com a topografia do terreno e tendo em vista a garantia da altura máxima admissível de 7,5m e a integração visual e paisagística do empreendimento no lugar em causa, de acordo com preceituado na alínea a), do n.º3, do artigo 49.º do Regulamento do PDM.-----

4.2. Situação perante as infraestruturas públicas -----

4.2. 1 A operação urbanística assenta numa rede de infraestruturas projetadas no âmbito da mesma para a qual está a ser solicitada a informação prévia (processo n.º 295/17), que obviamente nesta data não existem. Não obstante e dado que esta parcela tem acesso direto a via pública existente, contudo de forma, a permitir um adequado acesso ao empreendimento são propostos no logradouro, arruamentos, zonas de estacionamento automóvel e zonas pedonais, assim como zonas verdes.--

4.2.2 No referente às infraestruturas hidráulicas, pese embora o técnico referir que "não prevê que venham a provocar sobrecarga significativa", contudo a parcela de terreno é extensa pelo que a rede de abastecimento encontra-se a uma distancia considerável do empreendimento e atendendo à topografia do terreno, a rejeição dos efluentes, poderá ser dificultada, pelo que a responsabilidade e encargo para a realização dos projetos técnicos e licenças legalmente exigidas, assim como a realização das respetivas obras, são da responsabilidade das requerentes, conforme prevê a alínea b), do n.º2 do artigo 35.º, conjugado com o disposto no artigo 11.º, ambos do regulamento do PDM.-----

5. PROPOSTA DE DECISÃO-----

5.1 Considerando que a pretensão não garante a integração visual e paisagística do empreendimento, designadamente no que refere ao número

de pisos e volumetria, conforme estabelece a alínea a), do n.º 3, do artigo 49.º, do regulamento do PDM e previstas nas partes finais, da alínea a), do n.º 2 e do n.º 4, ambos do artigo 24.º do RJUE.-----

5.2. Considerando que a altura da edificação ultrapassa a admitida na alínea e), do n.º 2.º do artigo 37.º por força do disposto na alínea b), do n.º 2 do artigo 58º, do regulamento do PDM.-----

5.3. Considerando que as infraestruturas hidráulicas poderão implicar para o município a realização de trabalhos ou prestação de serviços não previstos designadamente quanto à rede de abastecimento de água ou de saneamento, situação prevista na alínea b), do n.º 2, do artigo 24.º do RJUE.-----

5.4. Em face do exposto, propõe-se a emissão de **parecer desfavorável** à pretensão requerida, relativa à operação urbanística, de obras de construção um edifício destinado à instalação de um estabelecimento de restauração, objeto da presente informação prévia, com base nas disposições conjugadas no n.º 4, do artigo 16.º e no n.º 2 e no n.º 5 ambos do artigo 24.º DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na sua atual redação.-----

5.5 Caso se decida em conformidade com a presente proposta sugerida no ponto anterior, com os fundamentos propostos, poderá haver lugar a uma reapreciação do pedido, passível de deferimento, desde que as requerentes, na audiência prévia, se comprometam a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos. Mais se refere o projeto em causa deverá ser alterado de modo a contemplar o escalonamento dos pisos em harmonia com a topografia do terreno e tendo em vista a garantia da altura máxima admissível de 7,5m e a integração visual e paisagística do empreendimento no lugar em causa.-----

5.6. Para o efeito, deverá ser proporcionada nova audiência dos interessados, nos termos do artigo 121.º e seguintes do novo C.P.A., aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de Janeiro, propondo-se para a mesma o prazo de 30 dias, para permitir ao requerente a anulação das questões que motivaram a proposta de decisão desfavorável sugerida.-- À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15.02.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Assim, atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma decisão administrativa conducente à emissão de um parecer desfavorável, relativamente ao pedido de informação prévia em causa, nos termos e para os efeitos mencionados no ponto "5 - PROPOSTA DE DECISÃO".-----

Neste seguimento, dever-se-ão notificar as requerentes para, querendo, virem a processo, num prazo de 30 dias, dizer o que se lhes oferecer sobre o sentido da decisão acima enunciada, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 121.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VÍCTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. OBRAS DE TELECOMUNICAÇÕES TITULADAS PELO ALVARÁ N.º 37/16, PEDIDO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA - PROCESSO N.º 681/15 - VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS, S.A. - RUA DA MÃE DE ÁGUA, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 02.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através do pedido realizado, via email em 19-12-2016, registada nesta unidade orgânica com o n.º 1904/17, referente ao processo n.º 681/15, a promotora solicita a liberação da caução, prestada em numerário, no valor de € 3 922,00 (três mil novecentos e vinte e dois euros), e destinada a garantir a boa e regular execução da construção de Infraestruturas subterrâneas na Rua Mãe de Água e Via Pedonal, situadas na União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, na cidade de Chaves.-----

2-ANTECEDENTES-----

Em 17-05-2016, foi emitido o Alvará de Ocupação do Domínio Público N.º 37/16, o qual titulou o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público, para construção de Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, no arruamento supra referido.----

3-ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1-No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O pedido apresentado tem enquadramento legal no disposto no n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9/9.-----

3.2-No Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal-----

A pretensão da interessada enquadra-se ainda no disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal.-----

4-PROCEDIMENTOS PARA ATENDIMENTO DO PEDIDO E ESTADO DO PROCESSO-----

No seguimento do pedido da interessada, foram encetados os seguintes procedimentos:-----

4.1-Realização no dia 23 de janeiro de 2018, de uma vistoria técnica às Infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, na rua Mãe de Água e Via Pedonal, em Chaves.-----

4.2-Dar a conhecer à promotora, a fim de a mesma integrar a comissão de vistorias.-----

5-PARECER-----

Por leitura do Auto de Receção Provisória, o qual se reproduz na presente informação técnica, para todos os efeitos legais, conclui-se que as obras de Telecomunicações executadas não se encontram em conformidade com o projecto aprovado, tendo sido executadas duas caixas de visita, não representadas no projecto de execução, verificando-se numa delas a necessidade de corrigir o remate do aro da tampa. -----

No âmbito da referida vistoria técnica foi observado ainda que há a necessidade de proceder à correcção do pavimento em betão, na largura da vala executada.-----

6-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o referido no anterior capítulo, propõe-se ao Executivo que adote as seguintes resoluções:-----

6.1-Que, nos termos do disposto no n° 1 do artigo 27° do Regulamento de Obras e Trabalhos no Subsolo do Domínio Público Municipal, a Câmara Municipal delibere indeferir o pedido de recepção provisória das obras de Telecomunicações tituladas pelo Alvará de Ocupação do Domínio Público N° 37/16.-----

6.2-De acordo com o disposto nos artigos 121°² e 122°³ do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n° 4/2015, de 7/1, deve ser dado a conhecer à interessada o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão.-----

A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no n°1 e 2 do artigo 122° do CPA.-----

6.3-Que, de acordo com o disposto no n° 1 do artigo 26° do dispositivo legal referido no anterior parágrafo, o Executivo delibere sobre a necessidade de a requerente, para dentro do prazo de **30 dias**, proceder à rectificação dos trabalhos referentes à pavimentação do arruamento, correcção do remate do aro da tampa. de uma caixa de visita executada, bem como apresentar o traçado final das obras de Telecomunicações executadas.-----

6.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente ao pedido solicitado, bem como dar-lhe a conhecer o teor do Auto de Vistoria e da presente informação técnica. À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 06.02.2018:-----

² Artigo 121° - Direito de Audiência Prévia-----

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124°, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

³ Artigo 122° - Notificação para a audiência-----

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece os projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado.-----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada na intenção de indeferimento do pedido de receção provisória das obras em causa, nos termos e para os efeitos sugeridos no ponto 6 desta informação.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. OBRAS DE ALTERAÇÃO EM HABITAÇÃO UNIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 754/17 - JOÃO SOARES DE MELO - RUA CENTRAL N.º 13, FREGUESIA DE ÁGUAS FRIAS - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 09.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes-----

O requerente possui alvará de licença de obras n.º202/77 referente a uma habitação com área de 383,48 m2, e de cave, r/c e andar, sita em Aguas Frias.-----

Através do requerimento n.º 1943/17 o requerente vem solicitar a legalização de uma habitação, sita na Rua Central n.º 13-Aguas Frias, Freguesias de Aguas Frias, em Chaves. -----

Face ao solicitado, pela requerente, e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, pelo que o processo em causa foi à Comissão de Vistorias, a qual procedeu à realização da Vistoria Municipal, em conformidade com o plasmado no n.º8 do artigo 73-C conjugado com os números 6,7 e 9 por forma a legalizar a edificação existente desde 1974, conforme auto n.º 171 de 30/11/2017, o **qual se deverá dar cópia ao requerente.**-----

II - Pretensão-----

A pretensão incide sobre um pedido de Legalização das obras numa habitação, sita na Rua Central n.º 13-Aguas Frias.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 754/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.3- Outros Aglomerados. -----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 754/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RRMUE),---

3.3- Suspensão de procedimentos urbanísticos no período de discussão pública do PDM -Plano Diretor Municipal até à data da sua entrada em vigor.-----

3.3.1- Face à informação nº1/SPMOT/2018 superiormente sancionada, foi clarificada a medida cautelar de suspensão de procedimento nomeadamente quanto à exclusão da sua aplicabilidade e quanto ao levantamento da suspensão;-----

3.3.2- Para o caso concreto em apreço e em concordância com a informação supra referida, julga-se salvo melhor opinião, que poderá ser levantada a suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal, permitindo os procedimentos cujos pedidos não terão, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor; -----

3.3.3- Estas situações, interpretadas à luz do princípio da proporcionalidade, nos termos do qual um procedimento cujo pedido não terá, ao abrigo das novas regras, uma decisão diferente daquela que decorre das regras urbanísticas em vigor, não deve permanecer suspenso, quer se trate de: -----

"Deferimento do pedido - na mesma linha de raciocínio, se o plano vigente e o plano colocado em discussão pública determinarem o deferimento do pedido, considera-se que deverá ser levantada a suspensão de procedimentos."-----

IV - Descrição da Intervenção-----

O requerente através do requerimento n.º1943/17, apresenta pedido de legalização de obras d levadas a efeito na sua habitação. A construção inicial foi objeto de licença. As alterações efetuadas foram *construídas ao abrigo de legislação anterior* - mas sem controlo prévio. A matriz urbana, refere artigo P1477 com a seguinte descrição:-----
 Área total = 3820,0 m2-----
 Área de Implantação =129,70 m2-----
 Área bruta de construção =367,50 m2-----
 A parte urbana é composta por casa de cave (área de 119,00 m2), r/c(área de 119,00 m2), e andar (área de 129,50 m2), com área bruta de construção de 367,50, bem como inscrita na matriz no ano de 1977.-----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação da construção existente foi inscrita em 1977;-----

►A intervenção baseia-se na legalização da edificação, sem qualquer tipo de obras a levar a efeito, tanto a nível de interiores como exteriores;-----

►Que a edificação da construção existente está dentro do perímetro de construção de Aguas Frias;-----

V - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 1943/17 encontra-se abrangido pelo disposto no artigo102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º1 do artigo 73-C do RRMUE,-----
 De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE, nem de aumento de área de construção.-----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril.-
 No processo em causa encontra-se o projecto de arquitectura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em

apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

Face ao supracitado e o descrito no auto de vistoria n.º 171/17, julgo salvo melhor opinião, que o processo em causa não carece de nova vistoria, dado que os elementos apresentados conferem com o solicitado no referido auto de vistoria.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que:-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

►Nos termos da informação nº1/SPMOT/2018, considera-se desde já, **que o pedido formulado não terá, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor**, podendo desta forma ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal.----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados á edificação cumpre os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 19 do Regulamento do PDM na versão em vigor e na proposta de alteração que se encontra em discussão pública, dado que não existe aumento de área de construção relativamente ao processo licenciado, mas sim uma ligeira diminuição.-----

►As obras a legalizar, são obras nas fachadas e a nível de interiores, bem como nas escadas existentes.-----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização da habitação, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras na habitação foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respectivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

Ora, dado tratar-se de uma legalização de uma da habitação, a qual já foi objeto de calculo de taxas aquando da emissão do alvará de licença de construção n.º 202/77, enquadra-se no n.º 2 do artigo 23 do

Regulamento nº 314/2010 (RLCTOU), estando isentas do cálculo das respectivas taxas de infra-estruturas urbanísticas.-----

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RRMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efectivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

| | Descrição | Un. | Taxa | Valor |
|--------------------|---|-----|---------|----------------|
| Capítulo II | EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO | | | |
| | | | | |
| SECÇÃO IV | EDIFICAÇÕES | | | |
| Subsecção III | APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS | | | |
| Artigo 54º | Apreciação de Autorização de Utilização | | | |
| n.º1 | Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral) | 1 | 56,20 € | 56,20 € |
| n.º2 | Acresce para habitação, por fogo | 1 | 6,70 € | 6,70 € |
| | | | | |
| | TOTAL-1 | | | 62,90 € |
| SECÇÃO V | VISTORIAS | | | |
| ART.º 75 | Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização | | | |
| n.º1 | Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização | 1 | 54,00 € | 54,00 € |
| n.º 2 | Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação: | | | |
| b) | Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção | 1 | 11,85 € | 11,85 € |
| | | | | |
| | TOTAL-2 | | | 65,85 € |
| Subsecção V | CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO | | | |
| Artigo 72.º | Autorização de Utilização | | | |
| n.º 1 | Concessão de autorização de utilização (taxa geral) | 1 | 28,10 € | 27,55 € |
| n.º 2 | Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1 | 1 | 10,80 € | 10,80 € |
| | | | | |
| | TOTAL-3 | | | 38,35 € |

| | | | |
|---------------------|--|--|-----------------|
| TOTAL-1 | | | 62,90 € |
| TOTAL-2 | | | 65,85 € |
| TOTAL-3 | | | 38,35 € |
| VALOR GLOBAL | | | 167,10 € |

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15.02.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, bem como o teor do Despacho praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no pretérito dia 10 de janeiro, sobre a informação n.º 1/SPMOT/2018, de 5 de janeiro, consubstanciada numa proposta de clarificação do âmbito de aplicação da medida cautelar de suspensão de procedimentos de controlo prévio no período de discussão pública do procedimento de alteração do regulamento do PDM e até à data da sua entrada em vigor, consideram-se reunidas as condições para se propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, nos termos sugeridos no ponto VI e seguintes deste documento.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. HABITAÇÃO UNIFAMILIAR COM LICENÇA DE OBRAS N.º 798/90, CADUCIDADE DE LICENÇA - PROCESSO N.º 147/05 - MARGARIDA ANDRADE ANES DE AZEVEDO FARIA - LOTEAMENTO S. BERNARDINO I, LOTE 19, FREGUESIA DE OUTEIRO SECO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.^a MARIA JOÃO CHAVES DATADA DE 22.01.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. Pretensão do requerente -----

Vem a Sr.^a Margarida Andrade Anes de Azevedo de Faria através do requerimento n.º 135/18 solicitar "a prorrogação da licença de construção". -----

2. Antecedentes-----

Por reunião de câmara de 16 de novembro ultimo foi deliberado concordar com a informação técnica praticada a 9 de outubro e que recaiu em exposição apresentada pelo Sr. Artur Alfredo Duarte Dias ,e na qual é proposta a caducidade da licença titulada por alvará nº279/88 e suas prorrogações bem como da nova licença de obras titulada por alvará nº798/90.Neste sentido foi concedido à ora peticionária ,nos termos do artigo 121º e 122º do Código do procedimento administrativo prazo de 10 dias para se pronunciar sobre a proposta de decisão.-----

3. Parecer/Proposta de decisão-----

A 16 de janeiro ultimo vem a peticionária a processo solicitar a prorrogação da licença de construção, invocando como razões de não ter concluído as obras por alteração de residência e ter o prédio à venda.

Dado as razões apresentadas pela requerente não conduzirem a uma inversão do sentido de decisão, sugere-se que seja praticada decisão definitiva de caducidade nos termos previstos no nº5 do artigo 71º do RJUE).-----

Mais se considera que, deverá ser notificada a Srª Margarida Andrade Anes de Azevedo de Faria para no prazo de 15 dias, apresente pedido de concessão de licença especial para a conclusão das obras nos termos do artigo 88º do RJUE (regime jurídico de urbanização e edificação) e artigo 8.º-A do regulamento municipal da urbanização e edificação do município de Chaves.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO, DE 31.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada na declaração definitiva de caducidade do processo em causa, nos termos e para os efeitos preconizados no item "3 - Parecer/Proposta de decisão" deste documento.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16.-----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.16.-----

À Reunião de Câmara.-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se.-----

3.7. ALTERAÇÕES A MORADIA UNIFAMILIAR COM ALVARÁ N.º 800/85, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 768/17 - ANTÓNIO CONCEIÇÃO LOPES - ESTRADA DO MARCO N.º 4, ARCOSSÓ, FREGUESIA DE VIDAGO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 09.02.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes-----

O alvará de licença de obras n.º 800/85 é o titular o Sr. Amândio Salgado, e localiza-se no Lugar do Barreiro em Arcossó. E edificação licenciada é composta por r/c, andar e sótão com área de 330,87 m2.--

II - Introdução-----

Através do requerimento n.º 1983/17 o requerente vem solicitar:-----

1- O averbamento do alvará de licença de obras n.º 800/85, em nome de Amândio Salgado para o seu nome, em virtude de ser o titular do prédio.

2- A legalização das alterações ao alvará de licença de obras n.º 800/85, em nome de Amândio Salgado sita na Estrada do Marco n.º4, Arcossó, União das Freguesias de Vidago, Arcossó, Selhariz e Vilarinho das Paraneiras, em Chaves.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 768/17 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, -----

2.1.1- O terreno insere-se na Classe 4- Espaços Agrícolas e Florestais, na Categoria 4.3 - Espaços Agro- Florestais e na Sub-categoria 4.3.A -Espaços Agro-Florestais Comuns;-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 768/17 enquadra-se no preceituado no artigo 102º -A do Dec-Lei 136/2014, de 9 de Setembro (RJUE), bem como se enquadra com o disposto no art.º 73-C do Reg. N.º732/95 de 22 de Outubro (RMUE), e ainda na alínea b) do n.º 1 do artigo 5 do Regulamento do PDM.-----

3.3- Suspensão de procedimentos urbanísticos no período de discussão pública do PDM -Plano Director Municipal até à data da sua entrada em vigor.-----

3.3.1- Face à informação nº1/SPMOT/2018 superiormente sancionada, foi clarificada a medida cautelar de suspensão de procedimento nomeadamente quanto à exclusão da sua aplicabilidade e quanto ao levantamento da suspensão.-----

3.3.2- Para o caso concreto em apreço e em concordância com a informação supra referida, julga-se salvo melhor opinião, que poderá ser levantada a suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal, permitindo os procedimentos cujos pedidos não terão, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor; -----

3.3.3- Estas situações, interpretadas à luz do princípio da proporcionalidade, nos termos do qual um procedimento cujo pedido não terá, ao abrigo das novas regras, uma decisão diferente daquela que decorre das regras urbanísticas em vigor, não deve permanecer suspenso, quer se trate de: -----

"Deferimento do pedido - na mesma linha de raciocínio, se o plano vigente e o plano colocado em discussão pública determinarem o deferimento do pedido, considera-se que deverá ser levantada a suspensão de procedimentos."-----

III - Análise Processual-----

Face ao solicitado, pela requerente, informa-se que relativamente ao ponto 1- **Averbamento** do processo para o seu nome, não se vê qualquer inconveniente, dado que a certidão de registo predial, registo n.º 1268/20161024, refere que o titular é o Sr. António da Conceição Lopes e esposa Marcelina Miranda Salgado, portanto os requerentes.-----

A legalização de obras de alteração ao alvará de licença de obras n.º 800/85 e de acordo com o preceituado no n.º6 do artigo 73-C do RMUE, são obras que necessitam de vistoria prévia, pelo que foi o processo em causa à Comissão de Vistorias tendo procedido à vistoria e elaboração do respectivo auto -**Auto n.º 6/2018, do qual se deverá dar copia ao requerente.**-----

O requerente através do requerimento n.º 1983/17, apresenta pedido de Regularização/ legalização de obras levadas a efeito na sua habitação unifamiliar e sem controlo prévio, são obras de alteração de fachada e obras interiores, e construída ao abrigo de legislação anterior, encontrando- se descrita no registo predial sob o n.º 1268/20161024.-

A matriz urbana, refere artigo 1785-P com a seguinte descrição:-----

Área total = 1800,00 m2-----

Área de Implantação =110,10 m2-----

Área descoberta =1689,90 m2-----

A parte urbana é composta de cave, r/c e sótão com área total de construção de 330,87 m2. No entanto o projeto licenciado refere os

três pisos na mesma, mas de r/c, andar e sótão, com a mesma área de construção. -----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação da construção existente foi inscrita nas finanças em 1967;-----

►A intervenção baseia-se na legalização das alterações levadas a efeito quando construiu a habitação e não as regularizou.-----

►A intervenção a legalizar não necessita de qualquer tipo de obras a levar a efeito, tanto a nível de interiores como exteriores;-----

►Que se trata de uma preexistência conforme o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 5 do Regulamento do PDM.;-----

O projeto de arquitetura apresentado refere na memória descritiva e justificativa que não há aumento de área de construção, cumprindo o disposto no n.º4 do artigo 5 do Regulamento do PDM. -----

O projeto de arquitetura apresentado não colide com nem com o Reg. do PDM em vigor, nem com a proposta de regulamento do PDM colocado em discussão pública.-----

De acordo com o referido na memória descritiva e justificativa, trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE.-----

Neste contexto e de acordo com supra citado, conclui-se que :-----

►A pretensão do requerente encontra-se devidamente instruída; -----

►O projeto apresentado cumpre as condições definidas no RMUE, RGEU e demais legislação em vigor.-----

►Nos termos da informação nº1/SPMOT/2018, considera-se desde já, **que o pedido formulado não terá, ao abrigo das novas regras urbanísticas, uma decisão diferente daquela que se impõe em função das regras urbanísticas no PDM em vigor**, podendo desta forma ocorrer o levantamento da suspensão de procedimentos pela Câmara Municipal.----

►Pelo descrito, pode-se verificar que os parâmetros urbanísticos associados à edificação cumprem os parâmetros urbanísticos definidos no artigo 5.º do Regulamento do PDM na versão em vigor e **cumprem na proposta de alteração que se encontra em discussão pública.**-----

Assim, a Câmara Municipal, pode deliberar proceder ao levantamento da suspensão, permitindo o prosseguimento do procedimento, sempre que à luz do plano em vigor e à luz do plano em discussão pública a decisão seja igual, caso em que a decisão de deferimento é definitiva;-----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de:-----

1- Deferir o Averbamento do processo para o seu nome, - Sr. António da Conceição Lopes;-----

2- Deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente.-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de Legalização das obras na sua edificação, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento

Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização das obras de alterações na sua habitação, sem aumento de área de construção, foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respectivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

Ora, dado tratar-se de uma legalização de uma da habitação, a qual já foi objeto de cálculo de taxas aquando da emissão do alvará de licença de construção n.º 68/89, enquadra-se no n.º 2 do artigo 23º do Regulamento n.º 314/2010 (RLCTOU), estando isentas do cálculo das respectivas taxas de infraestruturas urbanísticas.-----

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RRMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU n.º 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efetivada de acordo com os seguintes mapas de medição:-

| | Descrição | Un. | Taxa | Valor |
|--------------------|---|-----|---------|----------------|
| Capítulo II | EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO | | | |
| | | | | |
| SECÇÃO IV | EDIFICAÇÕES | | | |
| Subsecção III | APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS | | | |
| Artigo 54º | Apreciação de Autorização de Utilização | | | |
| nº1 | Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral) | 1 | 56,20 € | 56,20 € |
| n.º2 | Acresce para habitação, por fogo | 1 | 6,70 € | 6,70 € |
| | | | | |
| | TOTAL-1 | | | 62,90 € |
| SECÇÃO V | VISTORIAS | | | |
| ART.º 75 | Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização | | | |
| n.º1 | Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização | 1 | 54,00 € | 54,00 € |
| n.º 2 | Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação: | | | |
| b) | Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção | 1 | 11,85 € | 11,85 € |
| | | | | |

| | | | | |
|-------------|---|---|---------|----------------|
| | TOTAL-2 | | | 65,85 € |
| Subsecção V | CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO | | | |
| Artigo 72.º | Autorização de Utilização | | | |
| n.º 1 | Concessão de autorização de utilização (taxa geral) | 1 | 28,10 € | 27,55 € |
| n.º 2 | Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1 | 1 | 10,80 € | 10,80 € |
| | | | | |
| | TOTAL-3 | | | 38,35 € |

| | | | |
|---------------------|--|--|-----------------|
| TOTAL-1 | | | 62,90 € |
| TOTAL-2 | | | 65,85 € |
| TOTAL-3 | | | 38,35 € |
| VALOR GLOBAL | | | 167,10 € |

À Consideração Superior.-----
DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15.02.2018:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, bem como o teor do Despacho praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no pretérito dia 10 de janeiro, sobre a informação n.º 1/SPMOT/2018, de 5 de janeiro, consubstanciada numa proposta de clarificação do âmbito de aplicação da medida cautelar de suspensão de procedimentos de controlo prévio no período de discussão pública do procedimento de alteração do regulamento do PDM e até à data da sua entrada em vigor, consideram-se reunidas as condições para se propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de autorização de utilização do imóvel em causa, nos termos sugeridos no ponto VI e seguintes deste documento.-----

Mais se propõe que superiormente seja adotada decisão de deferimento do pedido de averbamento do alvará de licença de obras n.º 800/85, em nome de Âmandio Salgado, para o nome do seu atual proprietário, Sr. António da Conceição Lopes;-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. OBRAS DE REMODELAÇÃO DE TERRENO, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 98/17 - JOSÉ NASCIMENTO PIMENTEL BATANETE - AV. D. AFONSO DUQUE DE BRAGANÇA, FREGUESIA DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª BRANCA FERREIRA DATADA DE 22.01.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1- INTRODUÇÃO-----

1.1- Através do requerimento n.º 1033/17, referente ao processo n.º 98/17, o Sr.º José Nascimento Pimentel Batanete, apresenta elementos, referentes ao pedido de aprovação de uma operação urbanística de edificação, consubstanciada, na legalização das obras de remodelação de terreno, localizado na Av.ª D. Afonso Duque de Bragança - Caneiro, União das freguesias da Madalena e Samaiões no concelho de Chaves.---
1.2- De acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial apresentada, o prédio urbano tem a área total 3 526,00 m², está inscrito na matriz com o n.º 821 descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 765/20091214, da freguesia da Madalena.-----

2 - ANTECEDENTES-----

2.1- Processo n.º 574/08, para legalização da instalação de um "Stand de automóveis", que se encontra caducado.-----
2.2- Processo n.º 358/17, para construção de um "stand de automóveis".
2.3- Participação n.º 12/2017, referente a obras de remodelação de terreno, sem controlo prévio municipal.-----

3 - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

3.1- O processo está instruído de acordo com o disposto no n.º 18, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, designadamente:-----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela conservatória do registo predial referente ao prédio; -----
- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização à escala 1:25 000;-----
- Ortofotomapa à escala 1: 5 000;-----
- Planta da área de medidas preventivas à escala 1:25 0000;-----
- Memória descritiva e justificativa;-----
- Estimativa do custo total da obra;-----
- Calendarização da execução da obra;-----
- Fotografias;-----
- Termos de responsabilidade, subscrito pelo autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e do autor do projeto de estabilidade, quanto ao cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis; -----
- Declaração do responsável pelo levantamento topográfico;-----
- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital;-----
- Comprovativo de contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos;-----
- Comprovativo da inscrição do técnico em associação pública de caráter profissional;-----
- Planta de implantação à escala 1:500;-----
- Planta de remodelação de terreno à escala 1:500;-----
- Perfis transversais à escala 1:200;-----
- Projeto de execução dos trabalhos;-----

4 - ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 - No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

4.1.1- O pedido agora apresentado tem enquadramento legal no disposto no artigo 102.º-A do Dec.- Lei 555/99, alterado e republicado pelo Dec.- Lei 136/2014, de 9 de Setembro (doravante designado por RJUE), por se reportar à legalização das obras de remodelação de um terreno.

4.2 - Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

4.2.1- O prédio urbano tem na sua totalidade 3 526,00 m² (segundo prova documental - Certidão da Conservatória do Registo Predial) e de acordo com as plantas de Ordenamento do Plano Diretor Municipal (PDM), está inserido num espaço da Classe 1 - Espaço Urbano e Urbanizável e da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves.-----

4.2.2- Segundo a planta de condicionantes n.º47A do PDM, sobre o prédio impende uma servidão aeronáutica relativa ao Aeródromo de Chaves e insere-se em área do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH).-----

4.2.3- No âmbito da alteração do regulamento do PDM, em fase de discussão pública, publicada em Diário da República, 2.ª Série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2018, a operação urbanística em apreciação, situa-se em área a abranger por novas regras urbanísticas.-----

4.3 - Nos Regulamentos Municipais-----

4.3.1- O pedido apresentado tem enquadramento no artigo 73.º-C (Procedimento de legalização de operações urbanísticas) do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação.-----

5- CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

5.1- Pretende o requerente, legalizar as obras de remodelação do terreno e concluir os trabalhos, através da movimentação de terras com um volume de cerca de 2 436,50 m³ (saibro e gravilha) e um enchimento de 1,00 metros. Foram executados muros de suporte não confinantes com a via pública (com altura inferior a 2,00 metros), obras isentas de controlo, mas sujeitas a comunicação, nos termos do RJUE.-----

5.2- De acordo com o referido no anterior ponto 4.2.2, o prédio urbano insere-se em área do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH), pelo que, está sujeito a prévia exclusão do AHVCH, nos termos do artigo 17.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal. O requerente apresenta documento comprovativo, da exclusão do prédio urbano objeto do presente pedido, do Aproveitamento Hidroagrícola da Veiga de Chaves (AHVCH), conforme parecer da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGDAR), datado de 6 de Junho de 2017.-----

5.3- Face à servidão aeronáutica (Aeródromo de Chaves) que impende sobre o prédio e nos termos do disposto no n.º1 artigo 13-B.º, do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), o requerente consultou, a entidade, ANAC - Autoridade Nacional da Aviação Civil, a qual, emitiu parecer favorável datado de 19 de Abril de 2017, nos termos da informação anexa ao processo.-----

5.4- Conforme previsto no n.º 6, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (RMUE), foi realizada vistoria ao terreno em 2017-12-07, da qual resultou o "Auto de Vistoria n.º"170", que se anexa a esta informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

5.5- Da vistoria realizada, resultou parecer no sentido de não haver necessidade de se realizarem obras de correção e/ou adaptação no terreno objeto de pedido de legalização das obras de remodelação. ---

5.6- É apresentada uma calendarização dos trabalhos por um mês, a qual se mostra desnecessária, pelo facto de as obras se encontrarem executadas, à data da vistoria, pretendendo o requerente apenas a colocação de uma rede nos dois muros de suporte executados.-----

5.7- Os muros de suporte não confinantes com a via pública, com a altura de aproximadamente 2,00 metros, são obras isentas de controlo, mas sujeitas a comunicação, nos termos do RJUE.-----

6 - RESPONSABILIDADE-----

6.1- O processo está instruído com os termos de responsabilidade, previstos no artigo 10.º do RJUE, a saber: termos de responsabilidade do autor do projeto de arquitetura, do coordenador de projeto e do autor do projeto de especialidade, cujos teores se mostram adequados.

7 - TAXAS URBANÍSTICAS APLICÁVEIS Á PRETENSÃO-----

7.1- As taxas administrativas, previstas no Regulamento Municipal de Liquidação e Cobrança de Taxas, devidas pela realização desta operação urbanística, corresponde ao valor de 77,20 euros.-----

7.2- O valor total das taxas a liquidar é assim de 77,20 euros, encontrando-se o cálculo justificativo das mesmas, devidamente discriminado no anexo I da presente informação.-----

8 - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1- Considerando, que se trata de uma remodelação de terreno em espaços de classe 1, os quais, possuem já ou estão vocacionados para a utilização e ocupação do solo de tipo predominantemente residencial, terciária ou mista, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do art.º 7 do Regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

8.2- Considerando, que há necessidade de contenções de terras, e que é apresentado projeto de estabilidade, pese embora, os muros de suporte executados, estejam isentos de controlo prévio municipal.-----

8.3 - Considerando, que o processo está instruído, com os elementos previstos no n.º 18, do ponto III, da Portaria 113/2015, de 22 de Abril, e não consubstancia, a dispensa de qualquer norma técnica de construção.-----

8.4 - Considerando, que não são necessárias obras de correção e/ou adaptação no terreno objeto de legalização das obras de remodelação de terreno e que a operação urbanística em apreciação, não está sujeita a autorização de utilização, pelo que o título a emitir, será o "Alvará de Licença Especial de Legalização".-----

8.5- Considerando, que as obras de remodelação de terreno, se situam em área abranger por novas regras urbanísticas, mas que se excluem, da aplicação da suspensão do procedimento previsto no artigo 12.º A do RJUE e artigo 145.º do RJIGT, por motivo de alteração do regulamento do PDM, em fase de discussão pública, publicada em Diário da República - Aviso n.º 155/2018, 2.ª Série, n.º 2, de 3 de Janeiro de 2018, pelo facto de, o plano vigente e o plano colocado em discussão pública determinam o deferimento do pedido.-----

8.6- Considerando, que se trata de um pedido de legalização das obras de remodelação de terreno, propõe-se, que o processo seja encaminhado para a Divisão de Administração e Fiscalização, para os fins tidos por convenientes.-----

9 - PROPOSTA DE DECISÃO-----

9.1- Atendendo às razões de facto e de direito expostas, bem como o estabelecido nos diplomas aplicáveis (artigos 102.º- A do RJUE e artigo 73.º- C do RMUE), propõe-se adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

b) Alcançado tal desiderato, propõe-se que a Câmara Municipal delibere deferir o pedido de legalização das obras patenteadas no projeto a que se fez referência e reconhecer que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem o licenciamento das mesmas.-----

c) Caso a Câmara Municipal, delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de "remodelação do terreno", e tendo -se constatado, aquando da vistoria prevista no artigo 73.º-C do RMUE, que não carece de obras de correção e/ou adaptação e que a operação urbanística em apreciação, não está sujeita a autorização de utilização, o título a emitir será o "Alvará de Licença Especial de Legalização".-----

À consideração superior-----

ANEXO I-----

CALCULO DAS TAXAS PREVISTAS NO REGULAMENTO Nº 314/2010-----

- Cálculo das taxas administrativas-----

(artigo 66.º, n.16, artigo 71.º, n.º 1 e n.º 6 do artigo 76.º da subseção IV)-----

Emissão de alvará de licença.....11,60 €

Prazo de execução da obra por mês.....11,60 €

Pela realização de vistoria.....54,00 €

Total a liquidar = 77,20 €-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 06.02.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância.- Neste sentido, atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, bem como do Despacho praticado pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, no pretérito dia 10 de janeiro, sobre a informação n.º 1/SPMOT/2018, de 5 de janeiro, consubstanciada numa proposta de clarificação do âmbito de aplicação da medida cautelar de suspensão de procedimentos de controlo prévio no período de discussão pública do procedimento de alteração do regulamento do PDM e até à data da sua entrada em vigor, consideram-se reunidas as condições para se propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença, bem como o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respetivo alvará de licença especial de legalização, nos termos sugeridos no ponto "9 - PROPOSTA DE DECISÃO".-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES: - DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS DA DISCUSSÃO PÚBLICA; - APROVAÇÃO DA VERSÃO FINAL DO REGULAMENTO DO PLANO. - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.^a ANA AUGUSTO DATADA DE 15.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA-----

1. O projeto de alteração do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) foi aprovado em reunião do Executivo Municipal realizada em 30 de novembro de 2017. Na sequência da deliberação praticada, o documento em causa foi submetido a um período de discussão pública durante o prazo de 30 dias seguidos (com início no dia 4 de janeiro e termo no dia 2 de fevereiro do ano corrente), mediante publicação do Aviso n.º 155/2018 em Diário da República, 2.ª Série - N.º 2 - de 3 de janeiro, para cumprimento do preceituado na alínea a) do n.º 4 do artigo 191.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (doravante designado por RJIGT) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.-----

2. O período de discussão pública foi anunciado através da afixação de editais nos lugares de estilo e divulgado no sítio de Internet do município, assim como toda a documentação relevante referente ao PDM em vigor e ao procedimento de alteração em causa foi disponibilizada para consultada no portal do município em www.chaves.pt e na Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, para cumprimento das disposições prevista nos n.ºs 1 e 2 do artigo 89.º, do RJIGT.-----

3. Durante o período de discussão pública do projeto de alteração do regulamento do PDM e em sede de atendimento e informação ao munícipe, foram solicitados alguns esclarecimentos, especialmente relacionados com o âmbito e objeto da alteração do PDM e da sua autonomia relativamente ao procedimento de revisão deste plano (ainda a decorrer). O esclarecimento dos interessados foi efetuado diretamente nesta Divisão, particularmente pela subscritora desta informação.-----

4. Durante o período de discussão pública mencionado apenas se registou, no respetivo processo administrativo, uma participação formal de uma empresa, apresentada a coberto do requerimento n.º 260/18, de 1 de fevereiro, completada pelo requerimento n.º 272/18, de 2 de fevereiro e mediante a utilização da ficha de participação disponível para o efeito no sítio de Internet do Município e nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território.-----

5. Apesar de se ter registado apenas uma participação formal relativamente à proposta de alteração do regulamento do PDM, procedeu-se à sua apreciação técnica através da elaboração de um «Relatório de ponderação das participações apresentadas no âmbito da discussão pública do procedimento de alteração do regulamento do Plano Diretor Municipal»⁴, tendo tal ponderação resultado num aditamento considerado oportuno para efeitos de integração na versão final do regulamento do PDM, nomeadamente, através da introdução de uma disposição normativa de caráter excecional no artigo 58.º do regulamento.-----

6. De referir que o artigo objeto do aditamento mencionado está inserido na Secção IX (*Situações especiais*) do Regulamento do PDM - artigos 49.º a 59.º - que preconiza, nas suas disposições genéricas (artigo 49.º), o seguinte:-----

⁴ Documento anexo à presente informação e cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para os devidos efeitos.-----

"1 - As disposições que integram a presente secção estabelecem os critérios orientadores da intervenção do município no exercício das suas competências de licenciamento, autorização, aprovação ou emissão de parecer sobre determinados actos ou actividades que se pretendam localizar ou exercer em espaços não pertencentes às classes ou categorias especificamente designados ou vocacionados para o efeito.-

2 - A disciplina instituída pelas disposições da presente secção é cumulativa com as disposições relativas a servidões administrativas, restrições de utilidade pública e demais condicionamentos legais ou regulamentares, incluindo os referentes à ocupação de terrenos baldios ou de áreas integradas no perímetro do aproveitamento hidroagrícola da veiga de Chaves, e não dispensa a tramitação processual de licenciamento estabelecida para cada situação pela legislação em vigor.(...)".-----

7. Neste sentido, junto se anexa a esta informação, a versão final do texto do Regulamento do PDM de Chaves, tendo em vista o seu sancionamento superior, complementada por uma grelha síntese onde são assinalados os artigos objeto de alteração, revogação e aditamento, permitindo a comparação entre a redação original e a versão final da alteração do texto do regulamento.-----

II - CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

1. Tendo em consideração que, em sede de atendimento e informação ao munícipe foram solicitados alguns esclarecimentos por parte de alguns particulares e juntas de freguesia, particularmente relacionados com o âmbito e objeto específico da alteração do PDM e da sua relação com o procedimento de revisão deste plano (procedimento autónomo ainda a decorrer, cujo objeto e conteúdos material e documental são mais abrangentes).-----

2. Tendo em consideração que, quer durante o período de discussão pública, apenas se registou uma participação formal, com a exposição de sugestões e observações a ponderar no âmbito do procedimento de alteração do regulamento do PDM;-----

3. Considerando que as sugestões e observações apresentadas na participação em causa, não invocam qualquer desconformidade ou incompatibilidade com programas e planos territoriais, desconformidade com disposições legais e regulamentares ou lesão de direitos subjetivos;-----

4. Considerando que apenas se alertou para a necessidade de algumas normas deverem ser melhor refletidas e aperfeiçoadas de modo a permitir o acolhimento de algumas tipologias de empreendimentos turísticos com especificidades que não podem ser aprovadas nos termos da disciplina urbanística consagrada na proposta de alteração do texto do Regulamento do PDM sujeita a discussão pública. -----

5. Considerando, neste sentido, que a participação foi cuidadosamente ponderada e julgada pertinente, dando lugar à criação de uma norma de carácter excecional a aditar na redação final do texto do Regulamento do PDM, e cujo teor não é passível de poder contrariar o âmbito, a natureza e o carácter normativo geral e abstrato do seu conteúdo, uma vez não estar em causa qualquer comprometimento do princípio da legalidade a que o mesmo está subordinado.-----

6. Tendo em consideração que o aditamento a propor (introdução de uma norma excecional, muito concretamente, no artigo 58.º do Regulamento do PDM) não contraria os pareceres emitidos por entidades exteriores ao município no âmbito do acompanhamento do procedimento de alteração do PDM, uma vez estar em causa pormenorização de regras de edificabilidade, cuja competência é do município.-----

7. Tendo em consideração que o conteúdo documental do procedimento de alteração do PDM abrange apenas o seu regulamento, com alterações pontuais no teor de alguns artigos, nomeadamente relacionados com o regime de edificabilidade em solos da classe 1 – espaços urbanos e urbanizáveis.-----

8. Tendo em consideração que as alterações efetuadas visam a valorização das características do tecido urbano e a utilização dos padrões morfo-tipológicos existentes como referência para o estabelecimento de parâmetros de edificabilidade e para enquadrar operações urbanísticas que de outro modo não poderiam ser aprovadas (mediante procedimentos de controlo prévio ou de legalização previstos no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro), não por inadequação das operações urbanísticas em si, mas por desajustamento e/ou ausência de disposições regulamentares disciplinadoras, como é o caso das edificações em situação de colmatação.-----

9. Tendo em consideração que, no âmbito da alteração do regulamento do PDM, se justificou introduzir algumas normas relacionadas com o Regime Extraordinário da Regularização de Atividades Económicas (RERAE), de modo a permitir ultrapassar as questões de conformidade com as atividades que forem licenciadas ao abrigo deste regime, assim como corrigir situações que têm impedido o desenvolvimento de algumas tipologias de empreendimentos de turismo no espaço rural devido à exigência desproporcionada de uma parcela/prédio com área mínima de 40.000,0 m² ou 20.000,0 m², conforme se localize, respetivamente, dentro da área de proteção à zona urbana de Chaves delimitada na planta de ordenamento ou fora daquela área.-----

10. Tendo em consideração que, aproveitando a oportunidade de alteração estritamente regulamentar do PDM de Chaves pelos motivos mencionados, também se justificou introduzir no texto integral deste regulamento, mediante a sua republicação, as duas alterações de que foi alvo ao longo da sua vigência, nomeadamente, mediante a publicação em Diário da República – 2.ª Série, N.º 158, de 10-07-1996, de um Edital consubstanciando uma alteração ao seu artigo 36º e, em Diário da República – 2.ª Série, N.º 53, de 17 de março de 2010, do Aviso n.º 5569/2010 consubstanciando uma «*Alteração ao Plano Director Municipal de Chaves (PDM) circunscrita à área do Parque Empresarial de Chaves e respectiva envolvente*».-----

11. Tendo em consideração que o texto do regulamento será objeto de conversão segundo o Acordo Ortográfico em vigor, para efeitos de cumprimento das regras de publicação de atos em Diário da República⁵;

12. Tendo em consideração que o procedimento de alteração do PDM, que se pretende agora concluir, não representa qualquer modificação ao nível do ordenamento do território municipal, mantendo-se a sua repartição nas classes e categorias de espaços estabelecidas em função do uso dominante dos solos e traduzida graficamente nas plantas de ordenamento, em conformidade com o estabelecido no artigo 7.º do Regulamento do PDM.-----

13. Tendo em consideração, por referência ao n.º 1 do artigo 93.º do RJIGT, que o prazo de vigência e a respetiva eficácia da alteração do

⁵ A Resolução do Conselho de Ministros n.º 8/2011, publicada no Diário da República, 1.ª Série, N.º 17, de 25 de janeiro de 2011, determina a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, a partir de 1 de janeiro de 2012, ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do Diário da República.-----

Regulamento do PDM vai permanecer até à entrada em vigor da revisão do PDM, cujo procedimento se encontra a decorrer.-----

III - PROPOSTA DE DECISÃO-----

1. Tendo por referência as atribuições do Município no domínio do "*Ordenamento do território e urbanismo*", estabelecidas na alínea n) do n.º 2 do artigo 23.º do ANEXO I (a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais;-----

2. Tendo por referência todas as considerações fundamentadoras desta proposta elencadas no capítulo II, assim como o teor do «Relatório de ponderação das participações apresentadas no âmbito da discussão pública do procedimento de alteração do regulamento do Plano Diretor Municipal» apresentado em anexo;-----

3. Atendendo ao exposto, sou a propor que a presente informação/proposta seja submetida à consideração do Executivo Municipal para a adoção da seguinte estratégia procedimental-----

a) **Aprovar a versão final da alteração do Regulamento do PDM e autorizar a divulgação dos resultados da discussão pública**, para cumprimento do disposto nos n.ºs 3 e 6 do artigo 89.º do RJIGT, designadamente, através dos meios de comunicação social e do respetivo sítio de Internet do município;-----

b) **Submeter a presente proposta à próxima sessão da Assembleia Municipal para efeitos de deliberação consubstanciada na aprovação da versão final da alteração do Regulamento do PDM**, em conformidade com o estabelecido no n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT e no âmbito das competências deste órgão deliberativo em termos de planeamento, estabelecidas na alínea r) do n.º 1 do artigo 25.º do ANEXO I (a que se refere o n.º 2 do artigo 1.º) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

4. Caso a presente proposta venha a ter acolhimento por parte dos órgãos executivo e deliberativo do município, o procedimento de alteração do Regulamento do PDM poderá considerar-se concluído, estando a sua eficácia legal dependente da concretização de todas as formalidades administrativas subsequentes, de modo que entre a respetiva aprovação do plano e a sua publicação no Diário da República, decorra um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, em conformidade com o preconizado no artigo 92.º, conjugado com o previsto na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º, ambos do RJIGT.-----

5. Neste sentido e em conformidade com o preconizado na alínea b) do n.º 2, do artigo 190.º do RJIGT propõe-se que seja determinada a adoção dos seguintes procedimentos, a efetuar a partir do Sistema de Submissão Automática para Publicação e Depósito de Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT), tendo em vista alcançar a eficácia do Regulamento do PDM, objeto de alteração:-----

a) Publicação na 2.ª Série do Diário da República, da deliberação municipal que aprovou a alteração do regulamento deste plano municipal de ordenamento do território (não sujeito a ratificação), incluindo o novo texto do regulamento em causa, para cumprimento do disposto na alínea f), do n.º 4, do artigo 191.º (*Publicação no Diário da República*) do diploma supracitado;-----

b) Envio da alteração do regulamento do Plano à Direção-Geral do Território (DGT), para efeitos de depósito e consulta, em conformidade com o estabelecido no artigo 193.º (*Depósito e consulta*) e no artigo n.º 194.º (*Instrução dos pedidos de depósito*), ambos do diploma mencionado;-----

6. Neste seguimento deverá proceder-se, ainda, à divulgação e publicitação da alteração do Regulamento do PDM no boletim municipal e no sítio de Internet do município, para efeitos de cumprimento do

disposto nos n.ºs 2 e 3, ambos do artigo 192.º (*Outros meios de publicidade*) do mesmo diploma;-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral,--
Em Anexo:-----

1. Relatório de ponderação das participações apresentadas no âmbito da discussão pública do procedimento de alteração do regulamento do Plano Diretor Municipal.-----

2. Versão final do texto do Regulamento do PDM, objeto de alteração - sendo que as alterações propostas estão assinaladas na cor vermelha e as alterações que o regulamento sofreu em 1996 e em 2010, publicadas em documentos autónomos, foram agora integradas neste documento, devidamente assinaladas na cor azul.-----

3. Grelha síntese com os artigos objeto de alteração, revogação e aditamentos e propostos - permitindo a comparação entre a redação original e a proposta de alteração.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

Visto. Concordo. Proceda-se conforme preconizado nesta informação técnica. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10. ÁGUAS DE SANDIM - RESCISÃO DE CONTRATO POR INICIATIVA DO ESTADO - MINISTÉRIO DA ECONOMIA - DIREÇÃO GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DO SR. ENG.º RUI NOGUEIRO DATADA DE 29.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - INTRODUÇÃO-----

Através do ofício registado no Gabinete de Apoio á Presidência com o nº GAP 513, em 18-01-2018, em que consta a intenção do ESTADO rescindir contrato com a empresa Águas de Sandim, Lda., detentora até a data da Concessão HM-39, considerando que parte da área da concessão está no concelho de Chaves, solicita a Direção Geral de Energia e Geologia a esta autarquia que se pronuncie no prazo de 15 dias a contar da data de receção, o que tiver por conveniente.-----

II - ENQUADRAMENTO-----

2.1 Regime Jurídico-----

Constituem obrigações dos concessionários, cumprir o descrito no artigo 24º do Decreto-Lei nº 90/90 de 16 de março, sendo que os contratos administrativos pelos quais são outorgados direitos de exploração podem extinguir-se segundo alínea c) do artigo 29º do mesmo Decreto-Lei.-----

2.2- No Regime Geral de Revelação e Aproveitamento dos Recursos Geológicos, instituído pelo Decreto-Lei nº 90/90, de 16 de março-----

o que respeita da área de concessão que está incluída no concelho de Chaves, são as referidas zona intermédia⁶ de proteção delimitada pelo

⁶ Artigo 43.º Zona intermédia de proteção-----

Na zona intermédia referida na alínea b) do n.º 4 do artigo 12.º são proibidas as atividades referidas nos n. 1 e 2 do artigo anterior, salvo quando devidamente autorizadas pela entidade competente da

polígono ABCD e a zona alargada⁷ de proteção delimitada pelo polígono EFGH, cujos vértices estão identificados na Portaria nº 330/2007, de 15 de março, nas quais são proibidas as atividades referidas nos artigos 43º e 44 do Decreto-Lei nº 90/90, de 16 de março.-----

III - CONSIDERAÇÕES-----

3.1-Considerando que a Câmara Municipal de Chaves, adiante designada CMC, não é a entidade concessionária, a quem foi atribuída a concessão da exploração da água mineral natural nos termos dos Decretos-Leis nº 86/90 e 90/90, ambos de 16 de março, no entanto com legítimos interesses sobre o território, nomeadamente sobre as emergências de água mineral, sito em Segirei e que estas se encontram dentro da zona intermédia de proteção da concessão HM-39, cuja existência e utilização popular é inquestionável, e que carece das devidas melhorias (com pleno conhecimento da Lei 54/2015 de 22 de junho, que define as bases do regime jurídico de revelação e aproveitamento dos recursos geológicos).-----

3.2-Considerando que a CMC, pretendeu efetuar melhorias na referida nascente de Segirei existente, ao abrigo dos regimes relativos à conservação da natureza e ao património cultural como refere o nº 3 do artigo 1º da Lei 54/2015 de 22 de junho, e esta Direção Geral emitiu parecer desfavorável, ref. DSRHG HM039 de 10 de agosto de 2017, por esta manifestação mineral ser um recurso hidromineral do domínio público do Estado, e se encontrar concessionado à empresa Águas de Sandim. Considera-se que, assim a já referida decisão de rescisão do contrato iniciativa do Estado com a Empresa Águas de Sandim, Lda., em nada compromete ou altera a estratégia Municipal deste Conselho, a não ser a extinção desta concessão.-----

IV - CONCLUSÃO-----

Assim no que concerne ao objeto desta comunicação dirigida à CMC, esta nada tem a opor ao referido pedido de transmissão da concessão, salvaguardando apenas o interesse em preservar a fonte tradicional de Segirei nos termos das alíneas f) a h) do artigo 8º da Lei 54/2015 de 22 de junho e até mesmo de se avançar com um estudo rigoroso deste sistema hidromineral por parte da entidade competente.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 30.01.2018:-----

Atendendo às razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que o presente parecer seja levado ao conhecimento do Sr. Presidente da Câmara Municipal, para efeitos de sancionamento e ulterior notificação da entidade requerente, Direção Geral de Energia e Geologia, consubstanciando a posição do Município de Chaves relativamente à comunicação da intenção desta entidade em rescindir o contrato com a empresa Águas de Sandim, Lda.-----

Administração, se da sua prática, comprovadamente, não resultar interferência no recurso ou dano para a exploração.-----

⁷ Artigo 44.º Zona alargada de proteção-----
Por despacho do Ministro da Indústria e Energia poderão ser proibidas na zona alargada referida na alínea b) do n.º 4 do artigo 12.º as atividades mencionadas nos n. 1 e 2 do artigo 42.º quando estas representem riscos de interferência ou contaminação para o recurso.--

b) Sequencialmente e em caso de concordância com o presente parecer, que o mesmo esteja presente na próxima reunião de Câmara, para efeitos de conhecimento.-----

À consideração do Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Nuno Vaz,--

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

Visto. Concorde. Proceda-se conforme proposto. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.11. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE PARA AFIXAÇÃO DE PAINEL PUBLICITÁRIO, JUNÇÃO DE ELEMENTOS - GRÁFICA SINAL, FERREIRA E SOUSA, LDA. - AV. D. JOÃO I E AV. DUARTE PACHECO, FREGUESIA DE MADALENA E SAMAIÕES - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA TÉCNICA SUPERIOR MARIA DA LUZ MONTEIRO DATADA DE 30.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- ENQUADRAMENTO-----

1.1 Através de requerimento com o nº 13411/17, veio a empresa supramencionada apresentar os elementos em falta ao pedido de licenciamento para afixação de publicidade registado nesta unidade orgânica com o processo nº 150/16.-----

II- FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA-----

2.1 Com os elementos agora apresentados, verifica-se que a localização pretendida para a afixação do painel publicitário é próxima (cerca de 15 metros) de uma zona de interseção de vias (Avenida D. João I e a Avenida Duarte Pacheco, na União das freguesias da Madalena e Samaiões), que compõem a rotunda;-----

2.2 De acordo o número 3 do Artigo 12º do Regulamento Municipal de Publicidade (RMP), é proibido a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias nas rotundas, quer dentro quer fora das áreas urbanas;-

2.3 Assim, pelo exposto é de entendimento destes serviços, salvo melhor opinião, que o pedido do requerente não é passível de atendimento favorável, uma vez que o local de afixação do painel publicitário pode afetar a segurança da circulação rodoviária, não garantindo desta forma o cumprimento dos condicionamentos ao licenciamento.-----

III- PROPOSTA-----

3.1 Considerando que no local proposto para afixação do painel publicitário, por se encontrar numa rotunda, não é permitida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias, de acordo o número 3 do Artigo 12º do Regulamento Municipal de Publicidade; -----

3.2 Considerando que no pedido do requerente não é garantido o cumprimento dos condicionamentos ao licenciamento no que se refere à circulação rodoviária. -----

3.3 Pelo exposto, e em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

i) Propor o indeferimento da pretensão do requerente;-----

ii) Caso esta proposta venha a ter acolhimento superior, deverá o interessado ser notificado do sentido provável de decisão, nos termos do Artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.-

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.02.2018:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no indeferimento do pedido de emissão de licença de publicidade em causa.-----

Neste contexto e atento o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, referentes à audiência dos interessados, sou a propor que superiormente seja adotada decisão de notificação da empresa interessada para, no prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciado.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.06. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 2018.02.06.-

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.12. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE PARA AFIXAÇÃO DE PAINEL PUBLICITÁRIO, JUNÇÃO DE ELEMENTOS - GRÁFICA SINAL, FERREIRA E SOUSA, LDA. - RUA JOAQUIM MAZARÉM, FREGUESIA DE SANTA CRUZ/TRINDADE E SANJURGE - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA TÉCNICA SUPERIOR MARIA DA LUZ MONTEIRO DATADA DE 05.05.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- ENQUADRAMENTO-----

1.1- A coberto do requerimento registado com o NIPG 13410/17, com entrada em 15 de dezembro de 2017, veio a empresa identificada em epígrafe apresentar os elementos em falta ao pedido de licenciamento para difusão de publicidade, registado nesta unidade orgânica com o processo nº149/16.-----

II- FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA-----

2.1- Com a entrega dos elementos solicitados o requerente cumpre o determinado no Artigo 6º do Regulamento Municipal de Publicidade (RMP);-----

2.2- De acordo com os dados apresentados, verifica-se que o requerente pretende a colocação do painel publicitário no passeio da Rua Joaquim Mazarém, junto a um muro de suporte, a norte do Centro Escolar de



ii) Caso esta proposta venha a ter acolhimento superior, deverá o interessado ser notificado do sentido provável de decisão, nos termos do Artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.- À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.02.2018:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no indeferimento do pedido de emissão de licença de publicidade em causa.-----

Neste contexto e atento o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, referentes à audiência dos interessados, sou a propor que superiormente seja adotada decisão de notificação da empresa interessada para, no prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciado.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 2018.02.07.- À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.13. COLOCAÇÃO DE PUBLICIDADE EM VEÍCULO (TÁXI) - ANTÓNIO JOAQUIM REBELO DA SILVA, UNIPessoal LDA. - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA TÉCNICA SUPERIOR MARIA DA LUZ MONTEIRO DATADA DE 29.01.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- OBJETO DA INFORMAÇÃO-----

1.1 A coberto do requerimento registado nesta entidade com o NIPG 1016/18, em 24 de janeiro de 2018, veio a empresa identificada em epígrafe completar o pedido de licenciamento de publicidade. Para o efeito, foram anexados ao processo os elementos solicitados na alínea 3.2.3 da Informação Nº 125/SSIG/2017. -----

II- INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

2.1 Com a entrega dos elementos, o requerente cumpre o preceituado no Artigo 6º do Regulamento Municipal de Publicidade (RMP). -----

III- FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA-----

3.1 Supridas as deficiências encontradas, estes serviços entendem, salvo opinião em contrário, que o requerente reúne as condições necessária para a satisfação do pedido de emissão de licença para a colocação de publicidade em um veículo (táxi), com a área de (2 m2), a colocar em duas portas laterais. -----

IV- PROPOSTA-----

4.1 Considerando que a publicidade inscrita ou afixada em veículos, designadamente em táxis, que circulem na área do Município de Chaves carece de licenciamento prévio da Câmara Municipal;-----

4.2 Considerando que a mensagem publicitária cumpre o preceituado no Artigo 11º do Regulamento Municipal de Publicidade (RMP);-----

4.3 Considerando que sem prejuízo do disposto no RMP, deve ser dado cumprimento às regras do Código da Estrada no que respeita à colocação de publicidade nos veículos.-----

4.4 Face ao exposto, propõe-se superiormente a seguinte estratégia procedimental:-----

(i) O deferimento do pedido de emissão de licença para afixação de publicidade, com a área de (2 m2), em um veículo ligeiro de passageiros (Táxi);-----

(ii) No caso desta proposta vir a ter acolhimento superior, mais se propõe que seja encaminhado o processo para a Divisão de Administração e Fiscalização para serem encetados todos os procedimentos entendidos como necessários. -----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 05.02.2018:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de emissão de licença de publicidade em causa.-----

Nesse seguimento, deverá o processo ser encaminhado á Divisão de Administração e Fiscalização para efeitos de cálculo das respetivas taxas aplicáveis e outros fins julgados convenientes.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.07. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 2018.02.07.-
À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.14. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE PARA AFIXAÇÃO DE PAINEL PUBLICITÁRIO, JUNÇÃO DE ELEMENTOS - GRÁFICA SINAL, FERREIRA E SOUSA, LDA. - RUA DR. FRANCISCO SÁ CARNEIRO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA TÉCNICA SUPERIOR MARIA DA LUZ MONTEIRO DATADA DE 07.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- OBJETO DA INFORMAÇÃO-----

1.1 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o NIPG 290/18, em 08 de janeiro de 2018, veio a empresa identificada em epígrafe apresentar os elementos em falta ao pedido de licenciamento para difusão de publicidade em um painel (processo nº 157/16);-----

II- FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA-----

2.1 O requerente vem apresentar os elementos em falta e alterar o suporte publicitário, apresentando para o efeito um "MUPI";-----

2.2 De acordo com a Informação nº 156/SSIG/2017, o painel publicitário, no local pretendido, afetava a estética e o ambiente do

lugar, aumentava o ruído visual, prejudicava a livre circulação de peões e afetava a visibilidade da entrada do hospital;-----

2.3 De acordo com os elementos apresentados o requerente substitui o painel publicitário por uma estrutura de mobiliário urbano tipo "MUPI", com as dimensões de (1,2*2 metros); -----

2.4 Relativamente a esta nova proposta, estes serviços consideram, salvo opinião em contrário, que esta solução apresentada pela requerente não ressalva os constrangimentos mencionados na informação anterior, tanto mais que se trata da entrada de um equipamento público de saúde, com volumes de tráfego viário e pedonal consideráveis; ----

2.5 Assim, pelo exposto e em consonância com o preceituado no Artigo 16º do Regulamento Municipal de Publicidade, estes serviços entendem, salvo opinião em contrário, que a pretensão do requerente deve ser objeto de parecer desfavorável. -----

III- PROPOSTA DE DECISÃO-----

3.1 Considerando que a afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias na área do Município de Chaves, depende de prévio licenciamento da Câmara Municipal, com exceção das situações previstas na Lei nº 97/88, de 17 de agosto; -----

3.2 Considerando que a colocação do suporte publicitário na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, junto à entrada do hospital, prejudica a livre circulação de peões e a visibilidade da entrada da unidade hospitalar;

3.3 Pelo exposto e em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

i) Propor o indeferimento da pretensão formulada pela requerente;-

ii) Caso esta proposta venha a ter acolhimento superior, deverá a interessada ser notificada do sentido provável de decisão, nos termos do Artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15.02.2018:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no indeferimento do pedido de emissão de licença de publicidade em causa.-----

Neste contexto e atento o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, referentes à audiência dos interessados, sou a propor que superiormente seja adotada decisão de notificação da empresa interessada para, no prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciado.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.15. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE PARA AFIXAÇÃO DE PAINEL PUBLICITÁRIO, JUNÇÃO DE ELEMENTOS - GRÁFICA SINAL, FERREIRA E SOUSA, LDA. - AV. STO. AMARO E RUA DO PÓPULO, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA TÉCNICA SUPERIOR MARIA DA LUZ MONTEIRO DATADA DE 07.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- OBJETO DA INFORMAÇÃO-----

1.2 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o NIPG 291/18, em 08 de janeiro de 2018, veio a empresa identificada em epígrafe apresentar os elementos em falta ao pedido de licenciamento para difusão de publicidade em um painel (processo nº 158/16);-----

II- FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA-----

2.1 O requerente vem apresentar os elementos em falta e alterar o suporte publicitário, apresentando para o efeito um "MUPI";-----

2.2 De acordo com a Informação nº 159/SSIG/2017, o painel publicitário, no local pretendido, afetava a estética e o ambiente do lugar, prejudicava a circulação pedonal e afetava as vistas do edifício vizinho; -----

2.3 De acordo com os elementos apresentados o requerente substitui o painel publicitário por uma estrutura de mobiliário urbano tipo "MUPI", com as dimensões de (1,2*2 metros); -----

2.4 Relativamente a esta nova proposta, estes serviços consideram, salvo opinião em contrário, que esta solução apresentada pela requerente acautela os constrangimentos mencionados na informação supramencionada; -----

2.5 No entanto, de forma a garantir as necessárias condições de visibilidade no entroncamento entre a Avenida de Santo Amaro e a Rua Quinta do Pópulo, o "MUPI" não deverá ser colocado a menos de 2,5 metros do limite da faixa de rodagem;-----

2.6 Mais se refere que o "MUPI" deverá ter as mesmas características (dimensões, forma e cores) dos já existentes na cidade. -----

III- PROPOSTA DE DECISÃO-----

3.1 Considerando que a afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias na área do Município de Chaves, depende de prévio licenciamento da Câmara Municipal, com exceção das situações previstas na Lei nº 97/88, de 17 de agosto; -----

3.2 Considerando que a proposta do requerente acautela a circulação pedonal e as vistas do edifício vizinho.-----

3.3 Pelo exposto e em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

iii) Propor o deferimento da pretensão formulada pelo requerente, nos termos dos pontos 2.5 e 2.6, da presente informação;-----

No caso desta proposta vir a ter acolhimento superior, mais se propõe que seja encaminhado o processo para a Divisão de Administração e Fiscalização para serem encetados todos os procedimentos entendidos como necessários.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15.02.2018:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar

uma deliberação consubstanciada no deferimento do pedido de emissão de licença de publicidade em causa.-----

Nesse seguimento, deverá o processo ser encaminhado á Divisão de Administração e Fiscalização para efeitos de cálculo das respetivas taxas aplicáveis e outros fins julgados convenientes.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.16. PEDIDO DE EMISSÃO DE LICENÇA DE PUBLICIDADE PARA AFIXAÇÃO DE PAINEL PUBLICITÁRIO, JUNCÃO DE ELEMENTOS - GRÁFICA SINAL, FERREIRA E SOUSA, LDA. - AV. MIGUEL TORGA, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA TÉCNICA SUPERIOR MARIA DA LUZ MONTEIRO DATADA DE 07.02.2018.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I- OBJETO DA INFORMAÇÃO-----

1.3 A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o NIPG 288/18, em 08 de janeiro de 2018, veio a empresa identificada em epígrafe apresentar os elementos em falta ao pedido de licenciamento para difusão de publicidade em um painel (processo nº 156/16);-----

II- FUNDAMENTAÇÃO DA PROPOSTA-----

2.1 O requerente vem apresentar os elementos em falta e alterar o suporte publicitário, apresentando para o efeito um "MUPI";-----

2.2 De acordo com a Informação nº 158/SSIG/2017, o painel publicitário, no local pretendido, afetava a estética e o ambiente do lugar e prejudicava a circulação pedonal;-----

2.3 De acordo com os elementos apresentados o requerente substitui o painel publicitário por uma estrutura de mobiliário urbano tipo "MUPI", com as dimensões de (1,2*2 metros); -----

2.4 Relativamente a esta nova proposta, estes serviços consideram, salvo opinião em contrário, que esta solução apresentada pela requerente não acautela os constrangimentos mencionados na informação anterior, tanto mais que a localização pretendida está entre passeadeiras e junto a um equipamento escolar, representando uma barreira à circulação pedonal; -----

2.5 Pelo exposto e em consonância com o Artigo 16º do Regulamento Municipal de Publicidade, estes serviços entendem que os pressupostos de indeferimento se mantêm.-----

III- PROPOSTA DE DECISÃO-----

3.1 Considerando que a afixação, inscrição ou difusão de mensagens publicitárias na área do Município de Chaves, depende de prévio licenciamento da Câmara Municipal, com exceção das situações previstas na Lei nº 97/88, de 17 de agosto; -----

3.2 Considerando que a proposta do requerente continua a ser uma barreira à livre circulação de peões, agravada pelo facto de se

localizar junto de um equipamento escolar com elevado volume de tráfego pedonal;-----

3.3 Pelo exposto e em coerência com as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

iv) Propor o indeferimento da pretensão formulada pela requerente; -

v) Caso esta proposta venha a ter acolhimento superior, deverá a interessada ser notificada do sentido provável de decisão, nos termos do Artigo 121º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo.- À Consideração Superior.-----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 15.02.2018:-----

Visto. Atentas as razões de facto e de direito enunciadas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adotar uma deliberação consubstanciada no indeferimento do pedido de emissão de licença de publicidade em causa.-----

Neste contexto e atento o disposto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, referentes à audiência dos interessados, sou a propor que superiormente seja adotada decisão de notificação da empresa interessada para, no prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciado.-----

À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado,-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SR. VEREADOR RESPONSÁVEL, VICTOR AUGUSTO COSTA SANTOS, DATADO DE 2018.02.16. -----

À Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. PROJETO DE EXECUÇÃO DA "PRACETA DA RUA DO PARAÍSO" - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE DA SRA. ARQ.^a EUNICE PEREIRA E DO SR. ENG.º BRUNO RUA DATADA DE 19.01.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - INTRODUÇÃO-----

Foi solicitado a esta divisão o estudo de uma solução para a requalificação da Praceta da Rua do Paraíso, espaço que atualmente se encontra desprovido de qualquer tratamento, sem função ou utilização atribuída.-----

II - ENQUADRAMENTO E APRESENTAÇÃO DO PROJETO-----

Nesta sequência, apresenta-se o projeto de execução para a requalificação urbanística do espaço, o qual teve em atenção, a continuidade com a linguagem urbana envolvente, bem como as características do local e a integração com as infraestruturas existentes.-----

A solução visa criar um pequeno espaço atrativo, de estadia e lazer, com um desenho de pavimento geométrico que cria ritmo e dinâmica à praça, complementado com arborização, e zonas de estacionamento, aumentando assim a sua oferta de forma ordenada no espaço, quer para os moradores na envolvente como para aos utilizadores do equipamento escolar e/ou polidesportivo. A proposta pretende ainda privilegiar a mobilidade urbana sustentável, nomeadamente a pedonal, através da continuidade dos passeios, não se considerando o seu rebaixamento de passeios, com exceção das zonas de passeadeiras.-----

O presente projeto contempla ainda a supressão do separador central no final da Rua do Paraíso, no seu limite poente, prevendo a pintura de marcação do cul-de-sac a terminar o arruamento. Ainda neste seguimento, é proposta a colmatação do separador central na zona em frente à praça, fechando a passagem.-----

A rede de drenagem de águas pluviais será reforçada e integrada com a rede existente.-----

Em termos de custo, a materialização da obra em questão importará num montante estimado de 94.000,08 € (noventa e quatro mil euros e oito cêntimos), IVA não incluído.-----

III - PROPOSTA DE DECISÃO-----

Face ao exposto, tendo em conta a natureza da matéria em causa, e o seu enquadramento nas competências do Presidente da Câmara Municipal, previstas na alínea f) do n.º 1 do Artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e ulteriores alterações, proponho que submeta a presente informação à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz, para adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

i) Aprovação da solução preconizada pelos serviços técnicos da Divisão de Projetos e Mobilidade, consubstanciada no projeto de execução, em anexo;-----

ii) Merecendo acolhimento por parte do Senhor Presidente, deverá a mesma ser submetida a reunião de câmara, para conhecimento;-----

iii) Uma vez conquistada a aprovação por parte do Senhor Presidente, deverá encaminhar-se o processo para a Divisão de Obras Públicas, para operacionalização de todos os procedimentos tendentes à realização da respetiva obra.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE PROJETOS E MOBILIDADE, SR. ENG.º ABEL PEIXOTO, DE 19.01.2018:-----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Tendo em conta a natureza e o objeto do assunto em causa, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado, que profira despacho no sentido de submeter a presente proposta à consideração do Senhor Presidente, Dr. Nuno Vaz, para adoção da estratégia procedimental preconizada.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.01.31. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 05.02.2018 -
Visto. Concordo. Proceda-se conforme proposto. -----

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

1.2. LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS --
Foi presente a informação nº 25/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 133 de 12 de julho de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 15 de setembro de 2017, o Município de Chaves adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E OBRAS PÚBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, em 2 de novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, encontra-se fixado em 678 999,44 € (seiscentos e setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e quarenta e quatro centimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----
- Data da consignação: 27 de novembro de 2017 -----
- A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 21 de dezembro de 2017.

II - Fundamentação -----

1. A entidade executante, através de ofício, registado no expediente geral do Município de Chaves, com o nº428 de 16/01/2018, vem apresentar o Plano definitivo de Trabalhos, com vista à aprovação por parte do dono de obra; -----

2. O Plano de Trabalhos vem acompanhado com os respetivos, plano de mão de obra, plano de equipamentos, plano de pagamentos e cronograma financeiro; -----

3. Após análise dos planos apresentados, cumpre-me informar que os mesmos se encontram em condições de serem aprovados, uma vez que estão de acordo com os requisitos definidos no artigo 361º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 111/2017. -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

1. Face ao exposto, ao abrigo dos referidos preceitos legais, não se vê qualquer inconveniente na aprovação do plano de trabalhos apresentado, propondo-se, que superiormente sejam adotados os seguintes procedimentos administrativos: -----

- a) Que a presente proposta seja agendada para a próxima reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; --
- b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificado o adjudicatário da respetiva decisão. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Publicas, 29 de janeiro de 2018 -----
 A Técnica Superior -----
 (Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.^a) -----
 Em Anexo: Plano de trabalhos -----
DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.02.02. -
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO
DELGADO, DE 2018.02.16. -----
 A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e
 regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -
 À reunião de Câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar
 com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor
 da mesma. Notifique-se. -----

1.3. LOTE 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO
(PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS
SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL
RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - APROVAÇÃO DE SUBEMPREITEIRO -----

Foi presente a informação nº 61/2018, identificada em epígrafe, cujo
 teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário
 da Republica, 2.^a Série, n.º 133 de 12 de julho de 2017, concurso
 público tendo como objeto a adjudicação da empreitada designada "LOTE
 10 E 11- REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS
 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ALVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS
 DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO
 DE CARVALHO (PAMUS 1.10)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião
 ordinária, do dia 15 de setembro de 2017, o Município de Chaves
 adjudicou à firma "ANTEROS EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES E
 OBRAS PUBLICAS, S.A.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura
 do competente contrato administrativo de obras públicas, em 2 de
 novembro de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela
 firma adjudicatária, encontra-se fixado em 678 999,44 € (seiscentos e
 setenta e oito mil novecentos e noventa e nove euros e quarenta e
 quatro centimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor,
 importando destacar: -----

- Prazo de execução da obra: 150 dias. -----

5. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução
 da obra foi comunicada à entidade executante a 21 de dezembro de 2017.-

II - Fundamentação -----

Com vista à aprovação por parte do dono de obra, para a admissão de
 subempreiteiros, a entidade executante, através de correio eletrónico
 em 7 de fevereiro de 2018, vem apresentar os documentos que respeitam
 ao contrato de subempreitada, da seguinte empresa: -----
 CIPRIANO & LEAL, LDA. -----

- ALVARÁ 84404-PUB -----
- CONTRATO DE SUBEMPREITADA -----
- APÓLICE DE SEGURO AT -----
- CERTIDÃO DA SEGURANÇA SOCIAL -----

• CERTIDÃO DA AUTORIDADE TRIBUTÁRIA -----

III - Da Proposta em Sentido Estrito -----

1. Da análise dos elementos apresentados, conclui-se que este subempreiteiro reúne as condições preceituadas na cláusula 48º do caderno de Encargos, nos artigos 383º e seguintes do CCP, nos artigos 4.º, 5.º e 6.º do D.L. 12/04 de 9 de janeiro e da portaria 19/2004 de 10 de janeiro, com salvaguarda inclusive do somatório dos valores subcontratados até à data, não ultrapassar 75% do valor global da obra. Neste contexto, os trabalhos subcontratados, com "Cipriano & Leal Lda..", correspondem à execução de pavimentos com blocos de betão pré-fabricados e cubos de granito, descritos no mapa de medições que faz parte integrante do contrato de subempreitada e representam 12,66%, do valor global da obra. -----

2. Face ao exposto, ao abrigo dos referidos preceitos legais, não se vê qualquer inconveniente na aceitação do referido subempreiteiro, propondo-se, que superiormente sejam adotados os seguintes procedimentos administrativos: -----

a) Que a presente proposta seja agendada para a próxima reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; --

b) Caso a presente proposta venha a merecer aprovação por parte do órgão executivo, deverá ser notificado o adjudicatário da respetiva decisão. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 9 de fevereiro de 2018 -----

A Técnica Superior -----

(Maria Madalena Sousa Durão Branco, Eng.ª) -----

Em Anexo: cópia da documentação do subempreiteiro -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.02.12. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 16/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS) -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 16/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 20.498,86 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €20.498,86

(Vinte mil, quatrocentos e noventa e oito euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.5. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 17/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS) -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 17/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 42.548,99 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €42.548,99 (Quarenta e dois mil, quinhentos e quarenta e oito euros e noventa e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.6. CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS E REDONDELO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 3/DOP/2018 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 3/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, CONSTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA., no valor de 16.252,50 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €16.252,50 (Dezasseis mil, duzentos e cinquenta e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.7. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 5/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS) -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 5/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 41.414,90 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €41.414,90

(Quarenta e um mil, quatrocentos e catorze euros e noventa cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.8. LOTE 2: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA NUNO ÁLVARES (PAMUS 1.4) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 6/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS) -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 6/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ASG - CONSTRUÇÕES & GRANITOS, LDA., no valor de 8.920,10 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €8.920,10 (Oito mil, novecentos e vinte euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.9. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 4/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS) -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 4/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 46.444,37 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €46.444,37 (quarenta e seis mil, quatrocentos e quarenta e quatro euros e trinta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.10. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 5/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS) -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 5/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 26.758,25 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €26.758,25 (Vinte e seis mil, setecentos e cinquenta e oito euros e vinte e cinco cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.11. LOTE 10 E 11 - REQUALIFICAÇÃO DA AV. GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.8), RUA NADIR AFONSO, TRAVESSA NUNO ÁLVARES E RUA MÁRIO DOS SANTOS DELGADO (PAMUS 1.9) E RUA ARTUR MARIA AFONSO E TRAVESSA GENERAL RIBEIRO DE CARVALHO (PAMUS 1.10) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 6/DOP/2018 (TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS) -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 6/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 14.166,19 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €14.166,19 (Catorze mil, cento e sessenta e seis euros e dezanove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.12. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 4/DOP/2017. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Revisão de Preços nº 4/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, Construções Quatro de Maio, Lda., no valor de 66.949,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €66.949,00 (Sessenta e seis mil, novecentos e quarenta e nove euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.13. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 14/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS) -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 14/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário

é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 15.066,60 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €15.066,60 (Quinze mil e sessenta e seis euros e sessenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.14. PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 15/DOP/2018 (TRABALHOS ELEGÍVEIS) -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 15/DOP/2018, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, SOCORPENA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, S.A., no valor de 39.579,80 €, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o respetivo pagamento no valor de €39.579,80 (Trinta e nove mil, quinhentos e setenta e nove euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

1.15. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - PRORROGAÇÃO DE PRAZO -----

Foi presente a informação nº 68/2018, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Ampliação da Rede de saneamento e Etar de Calvão". -----

2. De harmonia com deliberação de reunião de Câmara do dia 10 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Construções 4 de Maio, Lda", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 14 de julho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 398.152,50€ (Trezentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e dois Euros e cinquenta e quatro cêntimos)), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Prazo de execução da obra: 180 dias. -----

5. O auto de consignação é de 17 de julho de 2017. -----

6. O plano de Segurança e Saúde foi aprovado aos 18 dias do mês de agosto de 2017. -----

II - Fundamentação -----

1 - O prazo da obra, considerando o seu início na data de aprovação do PSS, deveria terminar no dia 18 de fevereiro. -----

2 - Tal não ocorrerá já que esta apresenta, uma faturação de 36,48%, faltando ainda executar uma parte do coletor, a estação de tratamento de águas residuais, estação elevatória e as reposições de pavimentos.

3 - A empresa adjudicatária apresentou desde o início da obra dificuldades económicas, tendo, no início do presente ano procedido à cessão dos créditos da empreitada, a favor da empresa - Empresa de Transportes, Tâmega Trans, Lda, a qual se encontra a realizar parte da obra em regime de subempreitada. -----

4 - Tais dificuldades impediram que a obra se desenvolvesse com o ritmo desejável, tendo-se observado, desde a referida cessão de créditos até à presente data, uma franca recuperação, tendo a faturação mensal atingido os valores previstos no plano de trabalhos. -----

5 - Estima-se, assim, que, tendo sido ultrapassadas as contingências iniciais, a obra decorrerá em bom ritmo, o que significa que, atendendo ao plano de trabalhos apresentado, possa terminar em 90 dias. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

1 - Face ao exposto propõe-se a prorrogação graciosa do prazo de execução da obra, não havendo aqui direito à revisão de preços, pelo prazo de 90 dias, já que a não concessão desta prorrogação acarretaria graves inconvenientes para o Município. -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 16 de fevereiro de 2018 -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.^a) -----

O.E. n.º 58982 -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2018.02.16. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

VII EXPROPRIAÇÕES

VIII DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES. VICÊNCIA ROSA BRANCO RODRIGUES. INFORMAÇÃO N.º 46/DAR/2018. -----

Foi presente a informação nº46/DAR/2018, identificada em epígrafe, cujo o teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais.--

1. INTRODUÇÃO:-----

Deu entrada na Divisão de Águas e Resíduos em 11 de dezembro de 2017, um pedido em nome de Vicência Rosa Branco Rodrigues, contribuinte n.º162440367, a solicitar o pagamento em 10 prestações, de uma dívida contraída junto do Município de Chaves, a título de consumos de água, recolha de águas residuais e resíduos sólidos urbanos efetuados e não pagos, numa instalação na Avenida Teixeira de Sousa nº2, em Vidago.-- A 29 de dezembro de 2017, foi dado conhecimento ao requerente, de que o pagamento em prestações está previsto no regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, tendo-lhe sido solicitada a documentação exigida para a apreciação do pedido;----- Apresentou a requerente o comprovativo de entrega da Declaração de IRS;-----

2. DO DIREITO:-----

Atendendo ao artigo 166.º do regulamento municipal dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos sólidos, as dívidas referentes à faturação dos serviços de abastecimento de água, de drenagem de águas residuais e de gestão de resíduos sólidos, poderão ser pagas em prestações mensais e iguais, mediante requerimento devidamente fundamentado, a dirigir ao Presidente da Câmara;----- O deferimento da pretensão será decidido por deliberação do executivo municipal, desde que seja demonstrada a impossibilidade do sujeito passivo para efetuar o pagamento em dívida;----- A situação económica do sujeito passivo é comprovada por declaração anual de rendimentos, bem como por declaração das Finanças de ausência de património e na ausência de rendimentos por declaração do Instituto de Segurança Social ou entidade congénere, da existência de reformas, pensões e outros auxílios económicos;----- Compulsados os registos existentes no programa informático responsável pela gestão do processo de faturação, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos e que se anexa à presente informação, a dívida atual da requerente, corresponde à data de apresentação do pedido é 2.818,65€;----- Da análise da documentação apresentada, conclui-se que a ora peticionária reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo do retrocitado artigo do regulamento municipal;----- Considerando que o valor da dívida é superior a 1001€, o valor mínimo regulamentado para a prestação mensal é de 150€, pelo que o faseamento do pagamento da dívida, solicitado em 10 prestações, dá cumprimento ao exigido, com a prestação mensal no valor de 281,87€.-----

3. PROPOSTAS:-----

Assim, de acordo com as razões de facto e de direito acima expostas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

a) Agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do Executivo Municipal, com vista à tomada de decisão consubstanciada na autorização do pagamento faseado do valor da dívida de 2.818,65€ por parte da peticionária, em 10 prestações mensais;-----

b) Alcançado tal desiderato, deverá a interessada ser notificada, nos termos do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação;-----

c) Sequencialmente, deverá ser dado conhecimento do teor da deliberação que vier a ser tomada sobre o presente assunto, pelo órgão executivo municipal, aos serviços municipais responsáveis pela condução de processos de execução fiscal em curso, nesta Autarquia Local, bem como à Divisão de Águas e Resíduos.-----

Chaves, 09 de fevereiro de 2018.-----

O Chefe de Divisão-----

no uso de competências subdelegadas-----

(Eng. Delmar Fernandes)-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IX

DIVISÃO DE RECURSOS OPERACIONAIS

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

XI

ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. "PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL "QUINTA DE AGROTURISMO CASTELO DE EIRAS" - APRECIÇÃO DE RESPOSTA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA SOBRE INTENÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO (DELIBERAÇÃO DE REUNIÃO DE CÂMARA DE 29/09/2017)- REQUERENTE: ISOLINO PERDIGÃO MARÇAL - MORADA: RUA DO MIRADOURO, N° 33 , 5400-623 EIRAS - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N°11/DSC/2018, DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA 08.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO DOS OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO -----

1. O requerente acima referido, na qualidade de promotor do projeto de investimento "Quinta de Agroturismo Castelo de Eiras", classificado como Projeto de Interesse Municipal (PIM), veio exercer o direito de pronúncia sobre a intenção de decisão proferida pelo executivo camarário no dia 29/09/2017, à luz do disposto no n.º 2 do art.º 14º do RPIM. -----

2. O requerimento e respetivos anexos foram objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM) ocorrida no dia 08/01/2018. -----

3. Com esta informação pretende-se: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o extrato do Auto de Diligência n.º 1/CTAAF-PIM/2018, referente ao processo em causa, o qual se anexa; -----

(ii) Deliberar sobre a proposta de decisão da Comissão sobre a referida pronúncia do interessado. -----

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA -----

1. No pretérito dia 29 de setembro de 2017, o executivo municipal, em sua reunião ordinária, deliberou manifestar a intenção de propor a resolução do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, outorgado em 01/12/2015, entre o Município de Chaves e o citado promotor, nos termos da informação técnica n.º 75/DSC/2017.

2. No dia 30 de outubro de 2017 procedeu-se à notificação do projeto de decisão ao interessado, tendo-lhe sido concedido 30 dias para se pronunciar sobre o mesmo, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 14º do RPIM. -----

3. Em resposta, e no prazo concedido para o exercício do direito de pronúncia -audiência prévia escrita-, o interessado veio exercer o seu direito. -----

4. A CTAAF-PIM, na reunião do passado dia 08/01/2018, apreciou o requerimento e respetivos anexos e, segundo o extrato do Auto de Diligência n.º 1 de 2018, foi apurado o seguinte: -----

(i) O promotor solicita, um aditamento ao contrato de concessão de Benefícios Tributários Municipais, assinado em 1 de dezembro de 2015, de acordo com o art.º 13º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal; -----

(ii) O promotor não executou o projeto de investimento, nos termos do contrato de concessão de benefícios tributários municipais outorgado, devido a demoras na obtenção de financiamentos comunitários no âmbito do Portugal 2020; -----

(iii) O referido promotor esclarece que o processo é de extrema complexidade (técnico-financeira), obrigando a apresentar diversos pedidos de aditamento ao projeto de arquitetura inicialmente aprovado em 18/02/2015, confirmados pelos elementos apresentados em anexo; --

(iv) O processo de licenciamento urbanístico encontra-se pejado de pedidos de ambas as partes (promotor e CMC), culminando com a aprovação dos projetos de especialidade em 09/11/2017. -----

(v) A execução financeira do projeto foi iniciada a 13/12/2017, isto é, 32 meses após a data inicialmente prevista; -----

(vi) A execução física tem o seu término previsto para o dia 07/06/2019, isto é 18 meses após o seu início; -----

(vii) Por último, o promotor esclarece que está a desenvolver todos os esforços para que o projeto de investimento cifrado em 2.689.329,00€ se conclua o mais rapidamente. -----

5. Face ao exposto, a CTAAF-PIM sugere que seja atendido o pedido em causa, por considerar que os pressupostos base, que estiveram na decisão desta Comissão Técnica, em propor a resolução do contrato em causa ("Não cumprimento dos objetivos e obrigações estabelecidos no contrato, nos prazos fixados, por facto que lhe seja imputável") e que se encontram vertidos no Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução de Projetos de Interesse Municipal, número 1, datado de 23 de agosto de 2017, foram, salvo melhor opinião, ultrapassados. -----

6. Neste contexto, a Comissão Técnica considerou o seguinte: -----

(i) Em face das alegações apresentadas pelo interessado, poderá, eventualmente, vir a ser invertido o sentido da deliberação do Executivo camarário, ocorrido no transato dia 29/09/2017, que tinha em vista a proposta de resolução do contrato; -----

(ii) Caso esta proposta venha a ter acolhimento pelo Executivo, deverá este deliberar no sentido de despoletar um procedimento de renegociação do contrato, à luz do estipulado no art.º 13º do RPIM e da cláusula 6ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, e, concomitantemente, deliberar notificar a entidade promotora para entregar cópia do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, a fim da Comissão poder proceder à reavaliação do projeto de investimento e respetivas metas. -----

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

1- Tendo por base o teor do extrato do Auto de Diligência n.º 1 de 2018 da CTAAF-PIM, e na qualidade de gestor de projeto, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

1.1- Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado inverter o projeto de decisão, consubstanciado na deliberação da reunião de Câmara do dia 29/09/2017, traduzido na proposta de resolução do contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, outorgado em 01/12/2015, entre o Município de Chaves e o promotor "Isolino Perdigão Marçal". -----

1.2- Caso haja deliberação nos termos preconizados, e de acordo com o preconizado pela comissão, propõe-se, ainda: -----

a. Que seja despoletado um procedimento de renegociação do contrato, à luz do estipulado no art.º 13º do RPIM e da cláusula 6ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais; -----

b. Que seja notificado o promotor nos termos do artigo 114.º do CPA, da deliberação que vier a ser proferida sobre a matéria, solicitando que o promotor proceda à entrega de cópia do Estudo de Viabilidade Económico-Financeira, compatível com o projeto atual, a fim da Comissão poder proceder à reavaliação do projeto de investimento e respetivas metas. -----

1.3- Para cumprimento do estabelecido no n.º 3 do art.º 13º do RPIM, o presente assunto deverá ser submetido a apreciação da Assembleia Municipal, na primeira sessão daquele órgão deliberativo. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.2. PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL "CENTRO DE LOGÍSTICA DE RECOLHA E PRODUÇÃO" APRECIACÃO DE RESPOSTA NO ÂMBITO DO PROCEDIMENTO DE AUDIÊNCIA PRÉVIA SOBRE INTENÇÃO DE RESOLUÇÃO DE CONTRATO (DELIBERAÇÃO DE REUNIÃO DE CÂMARA DE 02/11/2017)- REQUERENTE: GFW - GROWING FRESH WORLD, S.A. - MORADA: AV. DO MERCADO ABASTECEDOR N.º 4, OUTEIRO SECO 5400-885 CHAVES - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº16/DSC/2018, DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA 08.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO DOS OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO -----

1. O requerente acima referido, na qualidade de entidade promotora do projeto de investimento "Centro de Logística de Recolha e Produção", classificado como Projeto de Interesse Municipal (PIM), veio exercer o direito de pronúncia sobre a intenção de decisão proferida pelo executivo camarário no dia 02/11/2017, à luz do disposto no n.º 2 do art.º 14º do RPIM. -----

2. O requerimento foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM), ocorrida no dia 08/01/2018. -----

3. Com esta informação pretende-se: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o extrato do Auto de Diligência n.º 1/CTAAF-PIM/2018 referente ao processo em causa, o qual se anexa; -----

(ii) Deliberar sobre a proposta de decisão da Comissão sobre a referida pronúncia do interessado. -----

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DA PROPOSTA -----

1. No pretérito dia 02 de novembro de 2017, o executivo municipal, em sua reunião ordinária, deliberou manifestar a intenção de propor a resolução do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, outorgado em 17/09/2014, entre o Município de Chaves e o citado promotor, nos termos da informação técnica n.º 83/DSC/2017. --

2. No dia 24 de novembro de 2017 procedeu-se à notificação do projeto de decisão ao interessado, tendo-lhe sido concedido 30 dias para se pronunciar sobre o mesmo, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 14º do RPIM. -----

3. Em resposta, e no prazo concedido para o exercício do direito de pronúncia -audiência prévia escrita-, o interessado veio exercer o seu direito. -----

4. A CTAAF-PIM, na reunião do passado dia 08/01/2018, apreciou o requerimento e, segundo o extrato do Auto de Diligência n.º 1 de 2018, foi apurado o seguinte: -----

(i) No passado dia 12/12/2017 terá havido uma reunião com o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Nuno Vaz, na qual participaram representantes da GFW - Growing Fresh World S.A., alguns jovens agricultores integrantes do projeto, bem como o Presidente da Administração da Caixa de Crédito Agrícola de Vila Real, Senhor Eng.º Sanfins; -----

(ii) Na referida reunião, e segundo o que consta no referido requerimento, terá sido explicado o processo de reestruturação da empresa com vista a dar continuidade à conclusão e laboração do projeto, bem como expresso, de forma clara e inequívoca, que a administração da empresa está a dar os passos necessários para reforçar o projeto, visando o cumprimento de uma nova calendarização; -----

(iii) A referida administração, destacando a importância do reconhecimento de Projeto de Interesse Municipal para a mesma e para os seus parceiros, informa que está a elaborar uma nova calendarização, bem como a definir prioridades de atuação ao nível do investimento;

(iv) No término da sua exposição, a entidade promotora, solicita a concessão de mais 30 dias para proceder à sumarização dos 6 semestres em falta do investimento já efetuado, bem como à reanálise de todo o processo de investimento e elaboração de nova calendarização de obra e necessidades. -----

5. Face ao exposto, a CTAAF-PIM deliberou sugerir que seja deferido o pedido em causa, uma vez que será do interesse do Município de Chaves que um projeto desta importância se conclua. -----

6. Neste contexto, e em face das alegações apresentadas pelo interessado, a Comissão Técnica considerou que o Executivo Municipal poderá deliberar: -----

(i) inverter o sentido da deliberação do dia 02/11/2017, de resolução do contrato; -----

(ii) despoletar um procedimento de renegociação do referido contrato, à luz do estipulado no art.º 13º do RPIM e da cláusula 6ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais. -----

III - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

1- Tendo por base o teor do extrato do Auto de Diligência n.º 1 de 2018 da CTAAF-PIM, e na qualidade de gestor de projeto, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

1.1- Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a ser deliberado inverter o projeto de deliberação da reunião de Câmara, do dia 02/11/2017, tendente à resolução do contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, outorgado em 17/09/2014 entre o Município de Chaves e a sociedade anónima "GFW - Growing Fresh World S.A.". -----

1.2- Caso haja deliberação nos termos preconizados, e de acordo com o preconizado pela comissão, propõe-se, ainda: -----

a. Que seja despoletado um procedimento de renegociação do contrato, à luz do estipulado no art.º 13º do RPIM e da cláusula 6ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais; -----

b. Que seja notificado o promotor, nos termos do artigo 114.º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

1.3- Para cumprimento do estabelecido no n.º 3 do art.º 13º do RPIM, o presente assunto deverá ser submetido a apreciação da Assembleia Municipal, na primeira sessão daquele órgão deliberativo. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.3. ANÁLISE DO PEDIDO DE CANDIDATURA A PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL DO PROJETO DE INVESTIMENTO "REABILITAÇÃO DO HOTEL PREMIUM CHAVES-AQUAE FLAVIAE" DA SOCIEDADE ANÓNIMA "GREATLABOUR, LDA." - REQUERENTE: GREATLABOUR, LDA. - MORADA: PRAÇA DO BRASIL, 5400-123 CHAVES - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº17/DSC/2018, DO CHEFE DE DIVISÃO ARQ. RODRIGO MOREIRA 08.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

- ENQUADRAMENTO DOS OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO -----

1. A requerente acima referida, representada por Armando Ramos Correia, na qualidade de Gerente, vem solicitar a concessão de benefícios tributários municipais decorrentes da classificação do seu

projeto de investimento "Reabilitação do Hotel Premium Chaves-Aquae Flaviae" como Projeto de Interesse Municipal (PIM), à luz do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM) em vigor no Município de Chaves. -----

2. Para tal, a sociedade em causa apresentou o formulário de candidatura, acompanhado de diversos elementos instrutórios, que foram objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF-PIM), ocorrida no dia 23/01/2018, seguindo em anexo o respetivo relatório de avaliação da candidatura. -----

3. Com esta informação pretende-se: -----

(i) Levar ao conhecimento do Executivo Municipal o referido relatório, o qual se anexa; -----

(ii) Propor que seja acolhida a proposta de deliberação que o mesmo relatório preconiza. -----

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARECER -----

1. O RPIM define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal (PIM) para o concelho de Chaves, tendo sido aprovado pela Assembleia Municipal, por deliberação de 12/06/2013, sob proposta da Câmara de 20/05/2013. -----

2. Este regulamento visa apoiar, através da concessão de benefícios fiscais e benefícios de taxas municipais contratuais, investimentos e/ou novas iniciativas de negócio que permitam o desenvolvimento sustentável da região, a criação de novos empregos e, consequentemente, a fixação da população, em sintonia com o atual quadro legal em vigor. -----

3. Segundo o disposto no n.º 2 do art.º 1.º do referido regulamento, os projetos de investimento classificados como "PIM" são habilitados à concessão de benefícios fiscais e benefícios de taxas municipais contratuais, condicionados e temporários. -----

4. A concessão de benefícios tributários municipais carece de celebração de contrato entre as partes, segundo o definido no n.º 2 do art.º 9.º e no art.º 10.º, devendo o mesmo ser instruído com os documentos instrutórios constantes no art.º 11.º do referido regulamento. -----

5. Em conformidade com o estabelecido no retrocitado regulamento, o procedimento conducente à concessão de isenções totais ou parciais dos tributos municipais relativos aos projetos de investimentos classificados como "PIM", decorre segundo seis momentos distintos, sendo que a avaliação das candidaturas é efetuada, tendo em consideração: -----

5.1 O n.º 2, do art.º 2.º (Âmbito Objetivo), que define os setores de atividade económica que serão objeto de classificação PIM, e, cumulativamente, cumprirem as condições estabelecidas, nos art.ºs 3º (Condições Subjetivas) e 4º (Condições Objetivas) do citado regulamento; -----

5.2 O art.º 5.º (Classificação de Projetos de Investimento como Projetos de Interesse Municipal), que consubstancia a forma de apresentação da candidatura e dos elementos que terão de integrar para se proceder à sua avaliação, bem como o prazo estabelecido para a emissão do respetivo parecer; -----

5.3 O art.º 7.º (Critérios de determinação para a Concessão de benefícios Fiscais), que estabelece os fatores de classificação que irão determinar a isenção ou redução em sede de IMI e IMT; -----

5.4 Os art.ºs 8º (Benefícios Fiscais) e 9.º (Taxas Municipais), que consubstanciam os incentivos fiscais e os prazos de vigência. -----

6. Importa também mencionar as alterações/obrigações, agora constantes do n.ºs 9 e 10 do art.º 16.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na redação conferida pela Lei do Orçamento de Estado para 2017, segundo as quais, "o reconhecimento do direito à isenção é da competência da câmara municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da assembleia municipal.", ficando os municípios obrigados a comunicar "anualmente à AT, até 31 de dezembro, por transmissão eletrónica de dados, os benefícios fiscais reconhecidos nos termos do número anterior, com a indicação do seu âmbito e período de vigência e dos artigos matriciais dos prédios abrangidos.". -----

III - PARECER -----

1. De acordo com o relatório de avaliação da candidatura da empresa "Greatlabour, Lda.", a Comissão constatou que o promotor irá reabilitar o Hotel Premium Chaves-Aquae Flaviae, estabelecendo para o efeito: -----

(i) um prazo de 20 meses; -----

(ii) um investimento total de 4.899.523,99€; -----

(iii) a criação de 6 postos de trabalho. -----

2. Constatou ainda que a candidatura tem as seguintes características: -----

2.1. Prossegue o objetivo central do RPIM, que visa atrair ou manter no concelho de Chaves investimentos e novas iniciativas de negócios, que complementam o desenvolvimento endógeno, estimulando a fixação de população e proporcionando a criação de emprego; -----

2.2. Cumpre com o disposto na alínea ii) do n.º 2 do art.º 2.º do RPIM, isto é, tem enquadramento nos setores de atividades económicas definidos pelo regulamento para usufruir dos benefícios fiscais e de benefícios em taxas municipais, concedidas aos projetos de investimento classificados como Projetos de Interesse Municipal; ----

2.3. Cumpre com o disposto nos art.ºs 3.º e 4.º do RPIM, isto é, reúne todas as condições subjetivas e objetivas de acesso; -----

2.4. Nos termos da classificação obtida, e em conformidade com os art.ºs 7º, 8º e 9º do RPIM, os incentivos ao investimento a conceder à sociedade requerente serão nomeadamente os discriminados no n.º 5 do relatório de avaliação. -----

3. Considerando o exposto, a CTAAP-PIM, entende que o citado projeto de investimento, reúne todas as condições para ser classificado como PIM, e ver aprovados os benefícios tributários municipais discriminados no n.º 5 do referido relatório, ou seja, redução de 75% nas taxas municipais, devidas pela emissão de título administrativo, relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificação e respetiva utilização, a conceder mediante outorga de contrato de concessão entre o Município de Chaves e a entidade beneficiária. ----

4. Neste sentido, a Comissão propõe, em conformidade com o definido na alínea i) do n.º 2 do art.º 5º do RPIM, que seja submetido à apreciação do executivo camarário o resultado da avaliação da candidatura em causa, com vista à tomada de decisão no sentido de aprovar a atribuição da Classificação PIM, através da emissão da respetiva Declaração de Projeto de Interesse Municipal, bem como aprovar a concessão dos benefícios tributários municipais, traduzidos na redução de 75% das taxas municipais. -----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Em coerência com o supra exposto, e face ao conteúdo do relatório de avaliação da presente, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que acolha e submeta à consideração do Senhor Presidente e posterior deliberação do Executivo a seguinte proposta:

1. Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista a haver deliberação no seguinte sentido: -----

(i) Atribuição da Classificação "PIM" ao projeto de investimento da sociedade anónima "Greatlabour, Lda.", através da emissão da respetiva Declaração de Projeto de Interesse Municipal; -----

(ii) Concessão dos benefícios tributários municipais, traduzidos na redução de 75% das taxas municipais, mediante a outorga de contrato de concessão entre o Município de Chaves e a entidade beneficiária.--

2. Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

2.1. A dispensa de audiência dos interessados, nos termos da alínea f) do n.º 1, do artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA); -----

2.2. Notificar a sociedade requerente, nos termos do artigo 110.º e seguintes do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação, sendo para o efeito comunicado que, conforme n.º 3 do artigo 10.º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, o contrato de concessão de benefícios fiscais e taxas municipais, deverá ser outorgado no prazo de 180 dias, a contar da data da notificação;

2.3. Encaminhar o processo para o Gabinete de Notariado e Expropriações, para que promova as diligências necessárias à formalização do contrato de concessão de benefícios tributários outorgados; -----

2.4. Celebrado o contrato de concessão de benefícios tributários outorgados, este deverá ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal em vista à fiscalização do cumprimento do presente regulamento, na primeira sessão daquele órgão deliberativo. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.4. ALIENAÇÃO DE PARCELA DE TERRENO, A DESANEXAR DO PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO SOB O ARTIGO 1901, NA MATRIZ PREDIAL DA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES, PARA ARREDONDAMENTO DE ESTREMAS. PROPOSTA N.º 9/GAP/2018. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO -----

1. No passado dia 29 de setembro de 2017, o executivo camarário adjudicou, por ajuste direto, precedido de procedimento de hasta pública que ficou deserto, à sociedade SOLAR INVESTMENT, Lda., NIPC 514567520, a venda dos imóveis denominados "Solar de Outeiro Seco" e "Eira", situados em Eiró, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, respetivamente, inscritos na matriz predial urbana e rústica sob os artigos 123 e 4954 e descritos na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob os números 504/19870728 e 3519/20090311, pelo valor de €221 220,00. -----

2. Previamente à celebração do contrato de compra e venda e à imperativa harmonização entre a descrição do registo predial e os elementos descritivos constantes da matriz, houve necessidade de promover um procedimento de retificação de área, junto da Conservatória do Registo Predial, tendo a assinatura do respetivo pedido e declarações complementares justificativas sido legitimadas por deliberação camarária de 14 de dezembro de 2017, em conformidade com as razões justificadoras constantes da Informação/Proposta N° 65/2017, do Gabinete de Notariado e Expropriações. -----

3. Conforme consta da citada Informação/Proposta, após as operações de transformação fundiária realizadas na "Quinta dos Montalvão" e da retificação da área do prédio correspondente à "Eira", passou a existir uma parcela de terreno, com a área de 893,90m2, localizada a nascente da "Eira" e com este prédio confrontante, que após a execução das obras de urbanização da operação de loteamento titulada pelo Alvará n° 2/2011, ficará fisicamente separada do mesmo, deixando, objetivamente, de ter interesse para a autarquia, sendo certo que, pertencendo ao seu domínio privado disponível, deve ser assegurada a sua máxima rentabilização económica. -----

4. Tal parcela, situada na estrema sul do prédio rústico inscrito na matriz predial da dita freguesia de Outeiro Seco sob o artigo 1901, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n° 505/19870728, possui uma configuração bastante irregular, confrontando a nascente com particular, a sul com campo de futebol, a norte com Município de Chaves e a poente com Solar Investment Imobiliária, Lda. -----

5. Pela sua localização e confrontação a poente com o prédio da "Eira", atualmente propriedade da Solar Investment, Lda., esta parcela tem interesse urbanístico para o desenvolvimento do projeto económico, na área do turismo, que aquela sociedade pretende concretizar nos prédios adquiridos ao município, por escritura formalizada no passado dia 24 de janeiro de 2018, tendo a investidora dirigido comunicações à autarquia manifestando o seu interesse na aquisição, em vista a melhor potenciar o desenvolvimento económico do seu projeto. -----

6. Neste contexto, havendo interesse mútuo na alienação da parcela com a área de 893,90m2, para arredondamento de extremas dos prédios rústicos inscritos, respetivamente, sob os artigos 4954 (Eira) e 1901 (Quinta), na matriz predial da freguesia de Outeiro Seco, e descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 3519/20090311 e 505/19870728, foi solicitada a avaliação da mesma à Comissão de Avaliação do Património Municipal, a qual lhe atribuiu o valor de €6 810,00 (seis mil, oitocentos e dez euros). -----

II - PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

Face ao exposto, em cumprimento do princípio da boa administração, previsto no Artigo 3° e combinado com o disposto na alínea a), do n.º 2, do Artigo 81.º, ambos do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e alínea g), do n.º 1, do Artigo 33º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) Que seja autorizada a alienação da parcela de terreno com a área de 893,90m2, que confronta a norte com Município de Chaves, a sul com campo de futebol, a nascente com particular e a poente com Solar Investment Imobiliária Lda., a desanexar do prédio rústico situado em Painhos, freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, composto de pinhal e vinha, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 505, registado a favor deste Município pela apresentação 21 de 2008/12/29, e inscrito na respetiva matriz sob o artigo 1901, pelo valor de €6 810,00, determinado pela Comissão de Avaliação do

Património Municipal, na Informação N°1/C.A.P.M/18, em anexo à presente proposta; -----

b) Que a referida parcela, situada junto à extrema poente do prédio situado em Eiró, da dita freguesia de Outeiro Seco, composto de eira, descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 3519, registado a favor da supra citada sociedade pela apresentação 674 de 2018/01/26, inscrito na respetiva matriz sob o artigo 4945, seja, adjudicada, provisoriamente, à sociedade Solar Investment, Lda., tornando-se a adjudicação definitiva caso a mesma concorde com o valor determinado para a venda, destinando-se a dita parcela a ser anexada aquele prédio rústico, para efeitos de arredondamento de extremas de ambos os prédios supra identificados e melhor viabilidade do desenvolvimento do projeto económico e urbanístico, na área do turismo, que a sociedade tem para a unidade predial constituída pelo "Solar dos Montalvão" e pela "Eira"; -----

c) Para o efeito, que a referida firma seja notificada para, no prazo de 10 dias, dizer se aceita o valor determinado para a adjudicação, a ser liquidado com a formalização da compra e venda, ficando a receita domiciliada na rubrica económica de receita de capital "09.04.01.03 - Vendas de Bens de Investimento - Terrenos -; -

d) Que a formalização do contrato revista a forma de escritura pública, em conformidade com o disposto no Artigo 875° do Código Civil, na redação conferida pelo Decreto-Lei n° 116/2008, de 4 de julho, e no Código do Notariado, a realizar nos serviços de Notariado Privativo Municipal, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respetivo contrato; -----

e) Por fim, no caso de decisão favorável, dever-se-á remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral - Gabinete de Notariado e Expropriações - para ulterior operacionalização. -----
Chaves, 16 de fevereiro de 2018. -----

O Presidente da Câmara Municipal, Nuno Vaz Ribeiro -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.5. PROJETO DE INTERESSE MUNICIPAL - PIM -. CONTRATO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS TRIBUTÁRIOS MUNICIPAIS. BENEFICIÁRIA: ANTÓNIO & LILIANA RODRIGUES, LDA. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N° 11/GNE/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento e Fundamentação -----

1. No passado dia 12 de junho de 2013, sob Proposta da Câmara Municipal aprovada em reunião de 20 de maio de 2013, a Assembleia Municipal de Chaves aprovou o Regulamento de Projetos de Interesse Municipal. ----

2. Tal regulamento define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais, no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal - PIM -, tendo em vista conceder isenções totais ou parciais de tributos municipais, em especial no que se refere ao Imposto Municipal sobre Imóveis, ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e, ainda, no que se refere a taxas urbanísticas devidas pela emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas e respetiva utilização. --

3. Ao abrigo de tal quadro regulamentar, veio a promotora **António & Liliana Rodrigues, Lda., NIPC 514 077 255**, requerer a classificação de PIM para o projeto de investimento a concretizar em Sainça, na **freguesia de Oura**, concelho de Chaves, no prédio descrito na

Conservatória do Registo Predial de Chaves sob o nº **785/20000504**, inscrito na respetiva matriz predial urbana com o artigo **P838**, e, consequentemente, a redução de IMI e de taxas urbanísticas, ao abrigo do quadro legal, em matéria do regime financeiro autárquico, atualmente, em vigor. -----

4. Sob a Informação/Proposta Nº65/2017, da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, subscrita pela Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal, o executivo camarário em sua reunião ordinária do passado dia 31 de julho de 2017, atribuiu a classificação de PIM à candidatura apresentada pela sociedade "António & Liliana Rodrigues, Lda.", e aprovou a concessão de benefícios tributários municipais, consubstanciados numa **redução de 48,25% do valor do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, e numa redução de 75% das taxas urbanísticas municipais**, devidas pela emissão do título administrativo de autorização de edificação e pela correspondente emissão da autorização de utilização. -----

5. E, no passado dia 10 de outubro de 2017, veio a ser outorgado, entre este Município e a citada sociedade promotora, o respetivo contrato de concessão de benefícios tributários municipais, de acordo com a minuta genérica previamente aprovada pelos competentes órgãos autárquicos, em cumprimento do disposto na alínea b) do nº3, do Artigo 8º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal. -----

6. Mediante a Informação/Proposta Nº 99/2017, da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, subscrita pela Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal, o executivo camarário em sua reunião ordinária do passado dia 30 de novembro de 2017, aprovou uma retificação ao valor do benefício tributário concedido em sede de redução do IMI - Imposto Municipal sobre Imóveis, para **53%**, o qual por erro de cálculo tinha sido calculado em **48,25%**. -----

7. Tal retificação veio a ser titulada por **Adenda** ao contrato inicial, formalizada em 27 de dezembro de 2017, mais concretamente mediante retificação do nº1 e do nº2, da Cláusula 3ª do contrato outorgado em 10 de outubro de 2017, documentos que, nos termos do disposto no Artigo 12º do citado Regulamento devem ser levados ao conhecimento da Assembleia Municipal. -----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao acima exposto, e tendo em vista levar ao conhecimento dos competentes órgãos autárquicos o teor concreto do contrato, tomo a liberdade de sugerir a aprovação da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária do executivo municipal, em vista a que o aludido órgão autárquico, legalmente, competente, à luz do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e para efeitos do disposto no nº9, do Artigo 16º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na atual redação, tome conhecimento, e a fim, aprove, o benefício tributário municipal em concreto concedido à empresa **ANTÓNIO & LILIANA RODRIGUES, LDA.**, pelo investimento na implementação de um empreendimento turístico, na área da restauração e equipamento de lazer (piscinas) no lugar de Sainça, **Freguesia de Oura**, no prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº **785/20000504**, inscrito na respetiva matriz urbana sob o artigo **P838**, consubstanciado na: -----

i) Redução de **53%** do valor devido pelo **IMI**, no montante, atualmente, estimado em **€3 988,25**, para os **cinco** anos de contrato; -----

iii) Redução de **75%** do valor devido pelas **taxas urbanísticas municipais**, as quais após a aprovação do respetivo projeto urbanístico e cálculo das taxas devidas pela emissão dos correspondentes títulos de autorizações administrativas, nas condições contratualizadas, conforme exposto no contrato registado nos serviços municipais sob o nº 112/2017 e na Adenda, registada sob o nº 121/2017, os quais se anexam à presente Informação/Proposta, atingiram uma redução de €9 705,41ⁱ; -----

b) Seguidamente, para efeitos do disposto no Artigo 12º do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal, e tendo em vista a monitorização das condições de celebração e execução do contrato, deverá o mesmo ser levado ao conhecimento da Assembleia Municipal, na próxima sessão ordinária daquele órgão deliberativo. -----

À consideração do Diretor de Departamento de Coordenação Geral, Dr. Marcelo Delgado. -----

Chaves, 19 de fevereiro de 2018. -----

A Técnica Superior, -----

Cristina Rodrigues -----

Em anexo: Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais e Adenda, respetivamente com os registos nº 112 e 121/2017, e respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2.6. CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO DESTINADO À EXCLUSIVA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA DE OUTROS EMPRÉSTIMOS EM VIGOR A 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - ARTº101º, DA LEI Nº 114/2017 - LOE PARA 2018 E ATÉ AO MONTANTE DE 3.016.141,18€. RELATÓRIO FINAL. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 07/DGF/2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - Enquadramento Legal: -----

1- De acordo com o disposto na informação/proposta nº04/DGF/2018, de 11 de janeiro de 2018, procedeu a Divisão de Gestão Financeira à consulta para contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no montante até **3.016.141,18€**, com as seguintes condições: -----

Montante máximo a contratar: Até ao montante de 3.016.141,18€ (três milhões, dezasseis mil, cento e quarenta e um euros e dezoito cêntimos), valor correspondente ao capital em dívida à data de 31 de março de 2018, dos empréstimos a substituir e a seguir descrito: ----

| EMPRÉSTIMO | VALOR CONTRATUALIZADO | MATURIDADE REMANESCENTE | tx juro | CAPITAL EM DÍVIDA à DATA ATUAL | CAPITAL EM DÍVIDA à DATA DE 31/03/2018 | Valor estimado para empréstimo de substituição de dívida |
|--------------------|-----------------------|-------------------------|---------|--------------------------------|--|--|
| BCP - nº 121509971 | 2.299.455,92 € | 10 | 3,750% | 2.249.148,53 € | 2.198.013,65 € | 3.016.141,18 € |
| BCP - Nº 189329461 | 854.356,70 € | 10 | 4,650% | 836.346,80 € | 818.127,53 € | |
| | 3.153.812,62 € | | | 3.085.495,33 € | 3.016.141,18 € | |

- . **Prazo:** 20 anos, a contar da data da obtenção do "visto" do Tribunal de Contas; (n.º 6 art.º 101, LOE 2018) -----
- . **Período de carência:** Não aplicável; -----
- . **Reembolso:** Prestações trimestrais constantes, vencendo-se a primeira, um mês após o início do contrato; -----
- . **Taxa de Juro** indexada à **Euribor a 6 meses ou a 12 meses**, acrescida do respetivo "spread"; -----
- . **Garantias:** As legais, de acordo com a legislação em vigor, para a tipologia da operação em causa; -----
- . **Prazo de validade das propostas:** 60 dias úteis (mínimo); -----
- . **Cláusula de amortização:** Antecipada parcial ou integral, sem aplicação de penalização; -----
- . **Apresentação de Planificação de Encargos:** Serviço da dívida para o período integral, com previsão anual de juros; -----
- . **Amortizações anuais previstas:** Por força do disposto no n.º 5 do art.º 51.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, não será admitida proposta com amortizações anuais previstas, em qualquer ano do contrato, **inferiores a 80 %** das amortizações médias, ou seja **120.645,65 € (cento e vinte mil, sessenta e nove euros e sessenta e cinco cêntimos)**, de acordo com a seguinte fórmula: -----

| | | |
|--|----------------|-------------|
| (1) Capital | 3.016.141,18 € | N.º 4 do |
| (2) Prazo do Contrato | 20 | art.º 40 do |
| (3) Amortizações médias = (1)/(2) | 150.807,05 € | RFALEI |
| (4) Limite inferior às amortizações anuais previstas (80% das amort. médias) = (3)*80% | 120.645,65 € | N.º 5 do |
| | | art.º 40 do |
| | | RFALEI |

- . **Outras condições:** Caso a proposta economicamente mais vantajosa não financie a totalidade do valor em consulta a adjudicação far-se-á, sucessivamente, à(s) instituição(ões) financeira(s) cujas propostas estejam a seguir classificadas até perfazer aquele valor ou o valor máximo das propostas apresentadas. -----
- 2- Para o efeito, o Município entendeu consultar as seguintes instituições bancárias, domiciliadas no concelho, tendo em vista a apresentação de proposta tendente à adjudicação dos serviços financeiros pretendidos e de acordo com o documento preliminar elaborado pelo Município, disciplinador das condições gerais e especiais do contrato a celebrar; -----
- a) Banco Montepio Geral; -----
- b) Banco Português de Investimento; -----
- c) Banco BIC Português, SA; -----
- d) Caixa Geral de Depósitos; -----
- e) Crédito Agrícola; -----
- f) Banco Millennium BCP; -----
- g) Bankinter; -----
- h) Banco Santander Totta; -----
- i) Banco Português de Negócios; -----
- j) Novo Banco; -----
- 3 - De entre as instituições convidadas, o **Novo Banco, a Caixa Geral de Depósitos, a Crédito Agrícola e o Banco BPI, SA**, decidiram apresentar proposta, pelo que, em vista a garantir a adequada comparabilidade das mesmas, foi elaborado um quadro sinóptico comparativo, no qual se encontra vertida toda a informação financeira, tida como essencial, para permitir a determinação do seu mérito, para

efeitos de adjudicação, documento que se encontra anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos. -----

II - Da Audiência Prévia dos interessados: -----

1 - No passado dia 01/02/2018, procedeu-se à notificação do projeto de decisão final dos concorrentes, tendo-lhes sido concedido prazo para se pronunciarem sobre o mesmo. -----

2 - Dentro do prazo fixado para o efeito - audiência prévia escrita - , verificou-se a manifestação, por escrito, **pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo**, via e-mail, recebido no dia 05/02/2018, pelas 15.52h, relativa ao projeto de decisão final evidenciado no aludido relatório preliminar de audiência dos interessados; -----

3 - Analisadas as alegações apresentadas pela referida instituição bancária, no exercício do direito de audiência dos interessados, considera, a comissão constituída para análise e validação das propostas apresentadas, o seguinte: -----

Na sequência da realização de audiência prévia escrita referente à análise das propostas, realizada no dia 01/02/2018, mediante envio de notificação às instituições bancárias que apresentaram propostas atinentes à contratualização do Empréstimo de Médio e Longo Prazo identificada em epígrafe, veio a ser apresentada, **pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo**, via mail, recebido às 15.52h do dia 05/02/2018, ou seja, dentro do prazo definido para o efeito, uma sugestão ao sentido de decisão de adjudicação do aludido EMLP, à instituição bancária BPI. Neste contexto, veio a ser elaborado relatório de audiência dos interessados - inf./05/DGF/2018, (em anexo) no qual foram vertidas as respostas às alegações apresentadas pela Caixa de Crédito agrícola Mútuo e, bem assim, **deliberado permitir que**, naquela fase procedimental e sem comprometer o princípio da igualdade de tratamento das entidades proponentes, fossem solicitados, às quatro entidades que entenderam apresentar as suas propostas - Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Caixa de Crédito Agrícola e Novo Banco - esclarecimentos adicionais que permitissem uma clara e inequívoca comparabilidade das propostas, entre si, podendo ser valorizado/melhorado o conteúdo negocial das propostas, **circunscrito aos seguintes parâmetros essenciais:** -----

a) Revisão, pela **Caixa Geral de Depósitos**, do valor de financiamento, nunca podendo o mesmo ser inferior ao apresentado na proposta inicial;

b) Revisão, **pelas entidades proponentes**, do spread inicialmente proposto; -----

c) Revisão, **pelas entidades proponentes e casuisticamente**, da inclusão ou exclusão da cláusula "floor" ao indexante, por forma a comprovar-se, de forma inequívoca, a **admissibilidade ou inadmissibilidade** de que a taxa de juro aplicável - Euribor a 6 meses, seja inferior ao valor do spread; -----

d) Revisão, pela **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo**, do plano de reembolso para prestações trimestrais e constantes de capital. -----

4 - Tais esclarecimentos adicionais, enquadrados no âmbito de uma lógica de negociação das propostas patenteadas, em estrita observância dos princípios de concorrência, igualdade de tratamento e transparência, vêm permitir acautelar a rigorosa comparabilidade das propostas, na salvaguarda da jurisprudência produzida sobre a matéria, pelo Tribunal de Contas, sendo certo que aos proponentes foi-lhes definido um prazo, até às 16.00h, do dia 19 de fevereiro, do corrente ano, para, querendo, apresentar os contributos atinentes à valorização das suas propostas, nos termos anteriormente configurados. -----

Dentro do referido prazo, vieram a ser apresentadas duas propostas de melhoria/valorização das propostas inicialmente apresentadas, pelo Banco Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e Banco BPI, as quais, vieram a

ser analisadas em articulação com as restantes condições da proposta inicial que se mostraram inalteradas e sobre as quais veio a ser elaborado quadro sinóptico comparativo das condições praticadas (Quadro I), sendo que o Novo Banco e a Caixa Geral de Depósitos não manifestaram interesse em tal valorização. -----

5 - Pela análise das propostas apresentadas e parâmetros de valorização apresentados, verifica-se que os mesmos resultaram em uma maior harmonização, optando por efetuar-se uma análise comparativa, considerando a inclusão da cláusula *floor*: "sempre que o indexante apresentar valor negativo, será considerado, para efeitos de cálculo da TN, o valor zero." -----

6 - Verificando-se que as propostas que mereceram uma análise mais detalhada foram aquelas que vieram a apresentar contributos para a valorização das suas propostas, foi traduzida, em quadro anexo (Quadro II), uma comparação das condições apresentadas, de acordo com o Plano financeiro apresentado e no pressuposto referenciado no ponto anterior, resultando, após cálculo do valor atualizado líquido, a proposta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo como sendo a mais vantajosa. -----

III - Cumprimento dos requisitos consagrados no artº 101º da LOE 2018:

a) O valor atualizado dos encargos totais com o novo empréstimo, incluindo capital, juros, comissões e penalizações, seja inferior ao valor atualizado dos encargos totais com o empréstimo a liquidar antecipadamente; -----

b) Não aumente a dívida total do município; -----

c) Diminua o serviço da dívida do município (anual e total). -----
Consta, em quadro anexo (Quadro III), a evidência do grau de cumprimento de tais requisitos, traduzindo o benefício da contratualização da operação em causa, para substituição dos EMLP contratualizados junto do Millennium BCP, face ao comprovado grau de poupança. -----

IV - Proposta em sentido estrito: -----

1 - Face ao exposto e nos termos da alínea b), nº1 do artº4º e do artº 25º, todos do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à **Assembleia Municipal**, sob proposta da **Câmara Municipal**, autorizar a contratação de empréstimos, devendo ser acompanhada, de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos **três instituições de crédito**, bem como mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal. -----

2 - Neste contexto, partindo de tal enquadramento legal e da análise das propostas efetuada, sugere-se a adoção da seguinte estratégia de atuação: -----

a) Que seja, superiormente, autorizada a adjudicação à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, a contratação de empréstimo de médio e longo prazo, no montante de até **3.016.141,18€** (três milhões dezasseis mil, cento e quarenta e um euros e dezoito cêntimos), destinado à exclusiva amortização antecipada de outros empréstimos em vigor a 31 de dezembro de 2017 no âmbito da norma prevista no Orçamento de Estado para 2018 identificada em epígrafe e descritos no quadro supra; -----

b) Caso a presente proposta mereça acolhimento superior, por parte do **Sr. Presidente da Câmara**, deverá a mesma ser apreciada, discutida e votada, em sede de próxima reunião do órgão executivo municipal, a ter lugar no corrente mês de **fevereiro**; -----

c) Por último, caso a presente proposta seja, administrativamente, aprovada pelo órgão executivo municipal, deverá a mesma, nos termos do artº25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, ser sancionada pelo **órgão deliberativo municipal**, e, confirmando-se a

aprovação de tais decisões administrativas, nos termos das anteriores alíneas a) e b), dever-se-ão remeter, às instituições bancárias interessadas, as competentes notificações, sobre a decisão final de adjudicação do respetivo contrato, acompanhadas do quadro sinóptico sintetizador da avaliação das propostas patenteadas, bem como mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal, tudo, em vista à celebração do respetivo contrato. -----

d) Após a devida e legal aprovação do clausulado do contrato de empréstimo a celebrar, com a entidade adjudicatária, no caso, **Caixa de Crédito Agrícola Mútuo**, procedimento antecedido de prévia aprovação administrativa da respetiva minuta, por parte do executivo municipal, deverá, o senhor Presidente da Câmara, em representação da Autarquia, ficar legitimado a proceder à sua outorga, tendo em vista a ulterior submissão do mesmo, a visto prévio do Tribunal de Contas. -----

À consideração superior, -----
Chaves, 19 de fevereiro de 2018 -----
(Marcelo Delgado, Dr.) -----
(Márcia Santos, Dra.) -----
(Paula Veloso, Dra. -----

Anexos: -----

- a) Quadro sinótico comparativo das propostas (Quadro I); -----
- b) Quadro comparativo BPI/CCAM - pressuposto utilização floor (Quadro II); -----
- c) Quadro Evidência do cumprimento dos requisitos LOE 2018. -----
- b) Mapa demonstrativo da capacidade de endividamento municipal; -
- c) Restantes elementos integrantes do dossier de procedimento (informação 04/DGF/2018, convites, propostas, Relatório audiência dos interessados, inf. 05/DGF72018). -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -
Visto. Concorde. Proceda-se conforme preconizado nesta proposta. ----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

XII DIVERSOS

1. CANDIDATURA N.º NORTE-08-5266-FSE-000147 "FÓRUM EDUCAÇÃO/INOVAÇÃO" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO. - INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º10/DSC/2018, DA DRA. ANDREIA GERALDES, DE 14.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----
1.1. Ao abrigo do Aviso N.º NORTE-66-2016-29 - "Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar", o Município de Chaves apresentou, em 29 de agosto de 2017, uma candidatura designada "Fórum Educação/Inovação". -----

1.2. Após competente análise e avaliação, a referida candidatura mereceu decisão favorável de aprovação por deliberação da Comissão Diretiva do NORTE 2020, datada de 25 de janeiro de 2018, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 29 de janeiro de 2018. Com a referida comunicação foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio,

o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo esta a matéria sobre a qual versa a presente informação.

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. A operação em causa consubstancia a realização de um evento anual (Fórum), durante 3 anos consecutivos, onde serão envolvidos diversos agentes educativos da comunidade, entre os quais entidades parceiras não beneficiárias a envolver no projeto, nomeadamente, os Agrupamentos de Escolas do concelho de Chaves, a Escola Profissional de Chaves, o Centro de Formação Profissional de Chaves, a Escola Superior de Enfermagem Dr. José Timóteo Montalvão Machado, a Associação Empresarial do Alto Tâmega - ACISAT e a Associação de Desenvolvimento Regional do Alto Tâmega - ADRAT. -----

2.2. Os 3 fóruns, que serão realizados ao longo de 4 dias, terão um formato de exposições/mostras onde serão apresentados e dinamizados os projetos/objetivos dos agentes educativos, complementados com a realização de palestras/seminários dentro da temática principal subordinada ao tema "Combate ao Insucesso Escolar". Serão eventos orientados para a reflexão sobre o sistema educativo e a divulgação dos agentes educativos e das suas práticas de trabalho, dando oportunidade a todos os alunos do concelho, de visitarem e serem envolvidos nas diversas ações que serão promovidas, através do intercâmbio de experiências e partilha de boas práticas, envolvendo também os pais. -----

2.3. Organizados numa lógica de mobilização alargada da comunidade local, os eventos visam a concretização dos seguintes objetivos: ----

- Potenciação da participação dos agentes educativos com a realização de um ciclo de três edições; -----

- Mobilização dos agrupamentos de escolas do concelho e outras instituições de ensino e entidades, numa lógica de mostras de atividades e projetos, pretendendo-se que o ensino profissional assuma relevância nestas exposições. Este tipo de atividades funcionarão como atividades âncora que, ao envolver os jovens estudantes, serão capazes de mobilizar as suas respetivas famílias para participação nos eventos; -----

- Realização de momentos de informação, reflexão e debate, animados por agentes locais, peritos e entidades várias, em torno de questões-chave relacionadas com o sistema educativo regional e a promoção do sucesso educativo; -----

- Integração de atividades explicitamente orientadas para a divulgação dos projetos e dos seus resultados. -----

2.4. Para o efeito, e para concretização desta operação, estimou-se um investimento total de 180.000,01 euros, considerado na totalidade como investimento elegível, com uma taxa de aprovação de 100%. ----

2.5. Analisado o conteúdo constante no relatório de decisão de aprovação da candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a mesma foi aprovada nos moldes candidatados, pelo que cumpre, neste momento, decidir sobre a sua respetiva aceitação do apoio, pelo Município de Chaves. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e considerando o impacto que o projeto e respetivas atividades terão ao nível da comunidade educativa, nomeadamente através da divulgação de projetos e oportunidades e informação orientada para possíveis futuros rumos profissionais, propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes estabelecidos pela Autoridade de Gestão, para que se viabilize a implementação dos eventos que constituem a operação aprovada. -----

3.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato, no prazo máximo de 30 dias contados a partir da notificação, deverá a presente proposta ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido documento, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo para posterior envio para a CIM-AT. -----
À consideração Superior. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. CANDIDATURA N.º NORTE-08-5266-FSE-000144 "VIVER A SOCIEDADE" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº13/DSC/2018, DA DRA. ANDREIA GERALDES, DE 14.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Ao abrigo do Aviso N.º NORTE-66-2016-29 - "Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar", o Município de Chaves apresentou, em 29 de agosto de 2017, uma candidatura designada "Viver a Sociedade". -----

1.2. Após competente análise e avaliação, a referida candidatura mereceu decisão favorável de aprovação por deliberação da Comissão Diretiva do NORTE 2020, datada de 8 de fevereiro de 2018, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 9 de fevereiro de 2018. Com a referida comunicação foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo esta a matéria sobre a qual versa a presente informação.

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. No âmbito da presente operação pretende-se o envolvimento de crianças/jovens e famílias, por forma a vivenciarem experiências em diversas áreas, desde a cultura, ao desporto, à música, às ciências, ao ambiente e às artes, incentivando o espírito desportivo e de cooperação, assumindo um carácter lúdico e pedagógico. -----

2.2. Com a implementação do projeto em causa, prevê-se o desenvolvimento de atividades tais como: visitas culturais (museus da região), peças de teatro, workshops/ateliês (música, dança, teatro, artes plásticas, multimédia, cinema, fotografia, literatura...), atividades desportivas (natação, atletismo, futebol, xadrez, golfe, canoagem, hipismo...), passeios pedonais e de bicicleta, observação de aves, concertos de música, entre outras. Estas atividades serão desenvolvidas durante o calendário escolar, fora das componentes letivas e/ou em períodos de pausas escolares (férias). -----

2.3. De acordo com as áreas mencionadas, será elaborado um Plano onde constarão as atividades a desenvolver nos equipamentos municipais

presentes na sede do concelho e ainda nas respetivas localidades/freguesias, de residência dos alunos. A deslocação dos alunos para os locais específicos, dentro e fora do concelho, ficará assegurada por viaturas devidamente licenciadas para o efeito. -----

2.4. Organizadas numa lógica de mobilização alargada da comunidade educativa, as atividades objeto da operação em causa, consubstanciam assim a concretização dos seguintes objetivos: -----

- Promoção do sucesso educativo, com vista ao desenvolvimento integral das crianças e jovens, com o desenvolvimento de atividades alargadas a todos os alunos do concelho, propiciando condições de igualdade e acesso a todos os alunos; -----

- Incremento de novas atividades/experiências fora do contexto escolar, que contribuam para a formação de competências e atitudes favoráveis à aprendizagem; -----

- Envolvimento dos encarregados de educação/famílias nas atividades escolares e nas previstas no ensino não formal. -----

2.5. Para o efeito, e para concretização desta operação, estimou-se um investimento total de 811.067,00 €, considerado na sua totalidade como investimento elegível, com uma taxa de aprovação de 100%. -----

2.6. Analisado o conteúdo constante do relatório de decisão de aprovação da candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a mesma foi aprovada nos moldes candidatados, pelo que cumpre, neste momento, decidir sobre a respetiva aceitação do apoio, pelo Município de Chaves. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e considerando o impacto que o projeto terá ao nível da comunidade educativa, constituindo uma medida complementar ao combate do insucesso e abandono escolar do concelho, propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes estabelecidos pela Autoridade de Gestão, para que se viabilize a implementação das atividades que constituem a operação aprovada. -----

3.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato (no prazo máximo de 30 dias contados a partir da notificação), deverá a presente proposta ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido documento, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo para posterior envio para a CIM-AT. -----

À consideração Superior, -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 - À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. CANDIDATURA N.º NORTE-08-5673-FEDER-000130 "ESCOLA BÁSICA N.º 1 DE CHAVES (EB1 DE SANTO AMARO/JARDIM-DE-INFÂNCIA DO CINCHAVES)" - NOTIFICAÇÃO DE APROVAÇÃO E ASSINATURA DO TERMO DE ACEITAÇÃO.

INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº15/DSC/2018, DA DRA. ANDREIA GERALDES, DE 15.02.2018. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. OBJETIVO DA INFORMAÇÃO -----

1.1. Ao abrigo do AVISO Nº NORTE-73-2016-02 - "Desenvolvimento de Infraestruturas de formação e Ensino-Infraestruturas Educativas para o Ensino Escolar (Ensino Básico e Secundário)", o Município de Chaves apresentou, em 15 de setembro de 2017, uma candidatura designada "Escola Básica n.º 1 de Chaves (EB1 de Santo Amaro/Jardim-de-Infância do Cinochaves)", operação esta integrada no "Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Alto Tâmega". -----

1.2. Após competente análise e avaliação, a referida candidatura mereceu decisão favorável de aprovação por deliberação da Comissão Diretiva do NORTE 2020, datada de 2 de fevereiro de 2018, a qual foi comunicada ao Município de Chaves, através de mensagem de correio eletrónico, remetida em 5 de fevereiro de 2018. Com a referida comunicação foi juntamente rececionado o Termo de Aceitação do apoio, o qual deverá ser assinado e autenticado pelo Senhor Presidente da Câmara, sendo esta a matéria sobre a qual versa a presente informação.

2. ENQUADRAMENTO DA MATÉRIA EM CAUSA -----

2.1. A operação "Escola Básica n.º 1 de Chaves (EB1 de Santo Amaro/Jardim-de-Infância do Cinochaves)" visa uma intervenção de requalificação nos dois equipamentos que a compõem, com vista à sua adequação funcional, garantindo o conforto e segurança necessários, bem como, criar condições para melhorar o desenvolvimento dos respetivos projetos educativos e dotar/adaptar os novos espaços requalificados para as atividades sócio/educativas que os mesmos desenvolvem. -----

2.2. No âmbito da candidatura em causa foram definidos como principais objetivos, os seguidamente elencados: -----

- Dotar os edifícios com as condições necessárias de conforto térmico, melhorando as suas respetivas instalações que respondam da escola a tempo inteiro; -----
- Proceder ao arranjo paisagístico dos espaços exteriores, prevendo a criação de espaços lúdico/pedagógicos e desportivos; -----
- Requalificar e adequar funcionalmente os edifícios existentes, dotando-os de capacidade de resposta para adequa-los às exigências das respetivas funções, nomeadamente ao nível da segurança e atratividade dos espaços. -----

2.3. Para o efeito, e para concretização desta operação, estimou-se um investimento total de 672.983,40 €, considerado na sua totalidade como investimento elegível, com uma taxa de cofinanciamento de 85%, correspondendo a uma contribuição do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) de 572.035,89 € e um financiamento público nacional, a cargo do Município de Chaves, de 100.947,51€. -----

2.4. Analisado o conteúdo constante do relatório de decisão de aprovação da candidatura e no respetivo Termo de Aceitação, verificou-se que a mesma foi aprovada nos moldes candidatados, pelo que cumpre, neste momento, decidir sobre a respetiva aceitação do apoio, pelo Município de Chaves. -----

3. PROPOSTA DE DECISÃO -----

3.1. Face ao exposto, e dada a importância e relevância que a implementação do projeto âmbito de candidatura terá para a racionalização e melhoramento da rede escolar (no âmbito da Educação Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico), uma vez que contempla o

reordenamento, melhoramento e requalificação das áreas funcionais dos equipamentos escolares em causa, dotando-as com as condições de utilização exigidas, propõe-se que superiormente sejam aceites as condições previstas no Termo de Aceitação (documento em anexo), nos moldes apresentados pela Autoridade de Gestão. -----

3.2. Dado que, de acordo com o previsto no n.º 1 e 2 do artigo 21º do Decreto-Lei n.º 159/2014 de 27 de outubro, a aceitação do apoio deverá ser feita mediante a submissão do Termo de Aceitação, devidamente assinado e autenticado por quem disponha de poderes para o ato (no prazo máximo de 30 dias contados a partir da notificação), deverá a presente proposta ser submetida a reunião do Executivo Municipal, com vista à deliberação de concordância com o teor do referido documento, bem como legitimar o Senhor Presidente da Câmara a proceder à outorga do mesmo para posterior envio para a CIM-AT. -----

À consideração Superior, -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2018.02.16. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NUNO VAZ, DE 19.02.2018 -

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Nuno Vaz Ribeiro, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos termos do disposto do n.º. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. --

De seguida, usou da palavra o Senhor Manuel Leão, tendo lido e seguidamente apresentado, por escrito, junto do Presidente da Câmara, o seguinte requerimento: -----

Aluguer de Espaços Públicos em Monumentos Nacionais -----

Considerando o que se passou na Ponte Romana no verão de 2017, em que durante os principais meses de verão (julho/agosto), foi difícil aceder ao tabuleiro ou entrar a turistas e população em geral. -----

Considerando o que se passou em outros locais do País e a polémica consequentemente daí resultante. -----

Considerando que a Ponte Romana, além de ser um monumento nacional, é um monumento representativo da cidade de Chaves, por isso digno de respeitabilidade. -----

O acesso aos seus espaços, pela sua dignidade que encerram, deve ser controlado por forma a salvaguardar-se uma utilização menos consentânea com as suas origens, com a sua dignidade ou com a sua mensagem cultural. -----

Por essa razão, venho questionar o Município, sobre o que está pensado ou decidido, em relação ao aluguer do tabuleiro da Ponte Romana, no que concerne a esplanadas ou espaços para restaurantes usarem como autênticos "Espaços de Refeições"? -----

Todas as atividades e eventos a desenvolver terão de respeitar o posicionamento associado ao prestígio histórico e cultural do espaço cedido. -----

Devem, ainda, ser rejeitados os pedidos que colidam com a dignidade do monumento, ou que perturbem o acesso e circuito de utilizadores locais, visitantes e turistas. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo dado nota que à partida não vê nenhum inconveniente na utilização destes monumentos com interesse relevante, para fins turísticos, desde que a utilização dos mesmos seja devidamente disciplinada. -----

Na presente data, ainda não foi tomada nenhuma decisão sobre esta matéria, realçando que a Ponte Romana, também pode sair valorizada com a beneficiação dos espaços adjacentes e com a colocação de esplanadas de qualidade. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e quinze minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Paulo Jorge Ferreira da Silva, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----

ⁱ Conforme documento arquivado no processo administrativo nº 195/16, da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território. -----